

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 02-12-2021.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte e três minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 069/21 (Processo nº 1231/21), de autoria de Alvoni Medina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 557 e 558/21 (Processos nºs 1247 e 1248/21, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 538/21 (Processo nº 1210/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 382/21 (Processo nº 0903/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 529/21 (Processo nº 1199/21), de autoria de Mônica Leal; os Projetos de Resolução nºs 073, 078 e 079/21 (Processos nºs 1243, 1254 e 1255/21, respectivamente), de autoria de Pedrinho da Tinga; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 361 e 552/21 (Processos nºs 0858 e 1237/21, respectivamente), de autoria de Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Aldacir Oliboni, Moisés Barboza, Lourdes Sprenger, Fran Rodrigues, Bruna Rodrigues e Roberto Robaina. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 027 e 028/21 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 155, 198, 331, 531, 534, 153 e 287/21, estes dois discutidos por Kaká D'Ávila; em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 030 e 031/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 172, 302, 363, 370, 412, 500, 533 e 077/21, este discutido por Jonas Reis e Roberto Robaina, o Projeto de Lei do Executivo nº 048/21 e os Projetos de Resolução nºs 042, 061 e 067/21. Às quinze horas e vinte e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram apregoadas as Emendas nºs 01, assinada por Airto Ferronato, e 02 e 03, assinadas por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21 (Processo nº 0947/21). Foi aprovado requerimento de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 026/21 (Processo nº 0870/21). Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/21 (Processo nº 0612/21), e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni,

deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 026/21 (Processo nº 0870/21), por TRINTA E UM VOTOS SIM, após ser discutido por Fernanda Barth e Ramiro Rosário e encaminhado à votação por Roberto Robaina, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 058/18 (Processo nº 0673/18), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Mônica Leal, Felipe Camozzato, Moisés Barboza, José Freitas, Ramiro Rosário, Cassiá Carpes, Alvoni Medina, Idenir Cecchim, Jonas Reis e Hamilton Sossmeier. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração da ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e vinte e um minutos às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Mônica Leal, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 058/18, e foi aprovado requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 058/18, por VINTE E UM VOTOS SIM e OITO VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado não Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 058/18, por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e SETE VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado não Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 058/18, por VINTE E SEIS VOTOS SIM e CINCO VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado não Felipe

Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 373/21 (Processo nº 0879/21), por TRINTA E DOIS VOTOS SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 327/21 (Processo nº 0800/21), por TRINTA E QUATRO VOTOS SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dois ao dia oito de dezembro do corrente. Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21 (Processo nº 0947/21), após ser discutido por Karen Santos, Idenir Cecchim, Airto Ferronato, Leonel Radde, Jonas Reis, Jessé Sangalli, Comandante Nádia, Ramiro Rosário, Mônica Leal, Cassiá Carpes, Roberto Robaina, Alexandre Bobadra e Aldacir Oliboni. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21: nºs 04 e 05, assinadas por Aldacir Oliboni; nºs 06 e 07, assinadas por Roberto Robaina e Karen Santos; nº 08, assinada por Bruna Rodrigues; nº 09, assinada por Cláudia Araújo. Foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21: de autoria de Roberto Robaina, para as Emendas nºs 02 e 03; de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 04 e 05; de autoria de Karen Santos, para as Emendas nºs 06 e 07; de autoria de Bruna Rodrigues, para a Emenda nº 08; de autoria de Cláudia Araújo, para a Emenda nº 09. Esteve em votação, destacadamente, a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, a qual, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Jonas Reis, Mauro Pinheiro e Karen Santos, teve sua votação suspensa, em face do encerramento da presente sessão. Às dezoito horas e trinta e três minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Comandante Nádia e Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, demais membros desta Casa, público que nos assiste nas galerias, pessoal do Mercado Público, pessoal do segmento de carnes de Porto Alegre, público que nos assiste através das nossas redes sociais, TVCâmara, Rádio Câmara; durante a campanha eleitoral, desde o primeiro turno, nós defendemos que deveríamos sair do isolamento em que estávamos. Nós tínhamos que voltar a produzir, nós tínhamos que reabrir o comércio, nós tínhamos que reativar a economia da nossa cidade, que, até agora, vem sentindo os efeitos, assim como o mundo inteiro, do coronavírus. Defendemos isso com veemência, defendemos isso com muita convicção, que a economia tinha que voltar a circular, voltar a produzir mediante os protocolos de segurança, mediante as necessidades para se conter esse vírus, que, quando a gente pensa que vai dar uma aliviada, ele volta com suas variantes, com suas cepas, assustando a todos nós, como a gente vê em países africanos, em alguns países da Europa, o que está acontecendo em alguns estados aqui do Brasil, o aumento de internações e do número de mortes. A cidade do Rio de Janeiro está se gabando, Ver. Moisés Barboza, que já está com 98% da sua rede hoteleira lotada para o *réveillon* e em torno de 95% lotada para o carnaval. Eu pergunto se, logo depois do *réveillon*, nós vamos ter os índices de 98% das UTIs lotadas no Rio de Janeiro e se espalhando para o Brasil inteiro. Eu pergunto se, depois do carnaval, nós não vamos ter 120% das UTIs lotadas, como já aconteceu no Rio de Janeiro, espalhando isso para o Brasil inteiro. Eu dou esse exemplo do Rio de Janeiro,

uma cidade conhecida não somente pelas suas praias, pela sua paisagem, pelo jeito que o seu povo trata todos, mas também pelos dois eventos: o carnaval e, principalmente, o *réveillon*, que são eventos que levam a cidade do Rio de Janeiro para o mundo inteiro. Mas que, neste momento em que nós estamos, eu acho que não só o Rio de Janeiro, mas as demais cidades, principalmente as grandes cidades turísticas do nosso País, cidades de orla, como Salvador, Florianópolis, Vitória, Recife, deveriam cancelar, como fez o prefeito Sebastião Melo, o *réveillon*. A vida e a economia, a vida e os empregos, a vida e a necessidade das pessoas estão acima de qualquer festa. Nós viemos aqui reiterar o nosso compromisso de campanha de reativar a economia, o nosso compromisso de campanha de as pessoas terem a dignidade de ter os seus empregos de volta, de nós podermos ir numa praça, num parque, andar nas ruas com máscaras, mas desnecessária essa aglomeração que causa essas grandes festas. São lindas, são maravilhosas, injetam recursos na economia, agora, o que vai se gastar após essas festas e se tem isso já como experiência, como aconteceu no início de 2020, em que o carnaval foi a grande porta de entrada desse vírus no Brasil. Então, eu acredito que o prefeito Melo toma uma atitude ousada, corajosa, e principalmente cumprindo o compromisso que firmou com a cidade de Porto Alegre, de abrir a economia, mas, além de tudo, preservar a vida, preservar a integridade da nossa população, do povo de Porto Alegre. Então, nós viemos aqui saudar essa iniciativa do prefeito Melo que cancela o *réveillon* na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudando o nosso Presidente em exercício, Ver. Hamilton Sossmeier, saúdo colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta quinta-feira à tarde. É claro que nós, enquanto bancada do Partido dos Trabalhadores, também temos uma enorme preocupação não só com relação à nova cepa, conhecida como ômicron, mas pelos eventos que se aproximam, final de ano e carnaval, como o nobre colega falou anteriormente, Ver. Janta, e estar tudo naquela ideia do liberado, não há possibilidade de estar tudo liberado. Tem que haver uma precaução dos órgãos públicos. E acertou o governo municipal, Ver. Cassiá, quando o prefeito cancelou a atividade de *réveillon* aqui na orla do Guaíba, como está acontecendo em São Paulo, no litoral, e assim por diante, porque se sabe que no final do ano há uma enorme demandada do povo do interior, da capital para o litoral, em todas as capitais. E há uma aglomeração enorme, e aí festas de final de ano, as comemorações se excedem um pouco mais e aí parece que ninguém vai pegar a covid, claro que pega. Basta um estar ali com sintomas, ele é transmissor, Ver. Hamilton, do vírus. Portanto, temos que ter essa enorme precaução para não começarmos 2022 com os problemas de 2021, e lá, logo em março, abril e maio, aconteceu o pico, que nem mais leito havia para ofertar para atender os cidadãos e as cidadãs daqui de Porto

Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e não foi diferente nas outras capitais e no Brasil afora. Então, ter toda uma precaução é de fundamental importância, assim, cuidamos da vida do ser humano e também cuidamos da economia e tantos outros segmentos importantes que acabam, vamos dizer assim, dando continuidade da vida, da sua naturalidade, seja aqui na capital, ou pelo Brasil afora, ou mundo afora. Olhem a Europa, não teve esse cuidado de exigir a vacinação, ou oportunizar a vacinação, estão voltando, inclusive com algumas cidades com índices muito altíssimo de contaminados da covid. Portanto, a precaução, neste momento, é a palavra-chave que nos move a defendê-la, seja ela nos eventos que preconizam para poder entrar com o passaporte vacinal, ou seja a comprovação da vacina. Nesse aspecto que nós achamos de extrema importância.

Queria também chamar a atenção, nesta tarde, porque nós vamos votar um projeto de lei que vai autorizar o Executivo a fazer a regularização, ou um grande empreendimento, na famosa Fazenda do Arado. Esse assunto não foi debatido exaustivamente na Câmara, na cidade, e nem mesmo lá no Extremo-Sul, onde a comunidade deveria ter tido a oportunidade de opinar, com o plebiscito – essa é a palavra-chave do projeto de lei. Nós deveríamos ter unanimidade para que esse projeto de lei pudesse ser aprovado se a comunidade tivesse a possibilidade de ter opinado com uma consulta popular. Essa é a palavra-chave que a direita ou extrema direita tem uma certa ojeriza em não aceitar a opinião da população sobre empreendimentos ou algo que envolva a orla do Guaíba. Parece-me que o capital prevalece sobre os mais pobres ou menos aquinhoados. Nesse sentido, vamos chamar a sensibilidade dos colegas vereadores para as inúmeras emendas apresentadas pelas diversas bancadas, oportunizando o debate e, mais do que isso, para que a comunidade local possa ser consultada, e, ao mesmo tempo, as emendas ora apresentadas, seja no campo da esquerda, centro-esquerda, possam ser respeitadas e votadas favoravelmente. Nesse sentido, esperamos que a tarde seja proveitosa a medida em que todas as opiniões possam ser reconhecidas e aceitas quando se trata de um projeto dessa natureza. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero registrar a presença do Ver. Vagner da Rosa Fan, do MDB, do Município de Alegrete. Seja bem-vindo à Câmara Municipal de Porto Alegre.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos hoje, Ver. Hamilton Sossmeier, todos os colegas que nos acompanham. Eu subo aqui a esta tribuna, em nome da bancada do PSDB – Ver. Gilson Padeiro, Ver. Ramiro Rosário, Ver. Kaká D’Ávila –, para fazer duas considerações que julgo importantíssimas no momento atual em nós vivemos. Primeiro, quero reconhecer e parabenizar a atitude do prefeito Sebastião Melo de suspender a festa, a aglomeração

natural de uma festa, neste momento de uma nova variante desconhecida. Quero parabenizar a Secretaria Municipal da Saúde, que certamente teve importância nessa decisão difícil do prefeito Sebastião Melo. E quero deixar claro que aqueles que defendem a irresponsabilidade neste momento e que possam a vir fazer uma crítica ao prefeito, eles têm que se dar conta do seguinte: pode ser que a variante não cause o que o Ver. Claudio Janta disse aqui, que é o aumento de ocupação de leitos na rede pública. Sim, pode. Pode ser que esse percentual não aconteça, porém, o homem público, na tarefa de um prefeito, precisa diminuir ou acabar com esse percentual. Suspender a festividade é acabar com o risco de que aconteça. Então, quero parabenizar, porque inclusive, Ver. Gilson Padeiro, a nossa gestão anterior era muito criticada quando fazia esse tipo de ação, discutida e planejada como a ação que suspende acertadamente as festividades que estavam planejadas aqui para o Gasômetro. Então, quero fazer esse registro em nome do PSDB.

E também quero fazer o registro importante aqui, de algo que alguma das senhoras e dos senhores talvez não saibam, que me preocupa muito, preocupa muito o PSDB. Tivemos, recentemente, lá em Brasília, o Orlando Silva, do PCdoB, fazendo uma modificação no PL de combate às *fake news* e acolhendo de uma forma inexplicável alterações sugeridas por congressistas ligados ao governo Bolsonaro para que os parlamentares, Ver.^a Bruna, não estejam dentro da regra. Se eu subir aqui, ou em Brasília, um parlamentar subir à tribuna e promover *fake news*, como nós vimos alguns parlamentares perderem mandato, eles podem divulgar nas redes sociais e não entram na punição do PL das *fake news*. Isso é um absurdo! É um escárnio! Ou temos dois tipos de seres humanos? Ou os parlamentares, nós, porque eu sou parlamentar municipal, ou posso produzir *fake news* e propagar nas redes sociais? E aí por eu ser parlamentar, tenho imunidade parlamentar, Alexandre, estaria estendida para as redes sociais. Eu faço um discurso aqui, minto, e está liberado, porque eu tenho liberdade e, segundo eles, as redes sociais agora são uma ferramenta de trabalho como a tribuna. Um absurdo! Temos que ter cuidado, gostaria que esta Casa fizesse, talvez, uma moção de repúdio porque parlamentar não pode ter, na questão das *fake news*, tratamento especial, pelo contrário, deveria ser exemplo de combate às *fake news*, porque o que se fala aqui, nesta tribuna, se propaga na sociedade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; vereadores e vereadoras; hoje eu uso esta tribuna para falar sobre o Dezembro Verde, que também tem outras comemorações, celebrações para lembrar a doença da Aids que ainda continua, embora pouco falada nos meios sociais e que os indicadores são bem significativos. Quero agradecer também à presidência que concedeu o espaço em frente à Câmara para o Dezembro Verde. O Dezembro Verde se

comemora, dentro e fora do País, contra os maus-tratos aos animais. E nós estamos engajados nessa campanha há muito tempo e ganhamos um espaço no painel em frente à Câmara. O que se espera com essas manifestações, com essas publicidades? Conscientizar, evitar maiores problemas aos poderes públicos que atuam nessa área, como a Prefeitura, e também a proteção animal que resgata, a todo instante, animais abandonados por pessoas que não têm esse compromisso, pessoas que desconhecem a legislação. Hoje, constatando o abandono, podemos enquadrar criminalmente. Também dizer que aqui na Câmara de Vereadores, e pedimos a filmagem, foi abandonado, ali, no canto, uma caixa de filhotes de gatinhos, é vida. Quem vai recolher? A Câmara não tem essa atribuição de recolher, e aí acaba vindo para o nosso gabinete, mas, como já tivemos duas ou três edições de controle populacional, para evitar a procriação de gatos aqui, na Câmara, os que nós temos aqui estão todos esterilizados. Então, não é aqui da Câmara, alguém veio e colocou, e nós vamos ver nas câmeras e vamos levar, conforme essa identificação, à denúncia, enquadrando em crime quem cometeu esse abandono. Além desse trabalho que nós fazemos, temos uma grande atuação neste mês porque vêm as férias, para evitar os abandonos também, conscientizando pessoas, via rede social, em visitas, que é o nosso papel aqui também. Quero também reconhecer a ação do nosso prefeito que, numa atitude bem corajosa, proibiu as aglomerações de fim de ano, tendo em vista o que está surgindo por aí, que chega a nos deixar muito preocupados, porque voltar, depois de dois anos, a novas crises, não sei como será a condição do ser humano, não sei como será a frente, na saúde, de todos esses profissionais, que muitos também se foram com a covid, de enfrentar uma nova pandemia. Que Deus nos proteja que isso não aconteça. Foi uma atitude elogiável, uma atitude de bom senso para evitar essa proliferação de casos, já tem alguns identificados. Nós desejamos saúde a todos e que cada um assuma o seu compromisso de se proteger e proteger seu semelhante porque nós não podemos estar sem a vacinação, não podemos estar contaminando outras pessoas, temos que seguir os protocolos e as orientações médicas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde, Presidente; vereadores e vereadoras aqui presentes; aos que estão de forma remota também. Subo à tribuna, principalmente, para me solidarizar com as famílias e vítimas do caso da boate Kiss; também saudar o Coletivo Juntos! que está em Santa Maria e aqui na cidade de Porto Alegre também apoiando as famílias. Mas temos um ponto a levantar aqui, é importante que seja citado nesta Casa, porque aqui estão presentes aqueles que fazem parte da política brasileira e também de Porto Alegre, que nós entendemos que faltam réus no julgamento. Está faltando o poder público no banco dos réus, porque vemos os donos da casa e outros envolvidos sentados lá, mas, por exemplo, o ex-prefeito de Santa Maria vai estar na condição de testemunha no julgamento, e nós precisamos entender

que o poder público precisa responder pelos seus atos. Precisa responder, porque era necessária uma fiscalização na casa, o que não foi feito, precisa responder para que mais casos como esse não aconteçam. Essa falta de pessoas do poder público no banco dos réus faz com que se abra um precedente muito perigoso, para que haja a possibilidade de que os políticos de outros setores de poder achem que podem fazer o que bem entendem das cidades e também faltem com as suas responsabilidades nas fiscalizações. Então, estamos hoje aqui para nos solidarizarmos. Hoje também é dia da advocacia criminal, também nos solidarizamos com as defesas porque são muito atacadas, e precisamos entender que o poder público precisa também responder por esse caso. Que seja feita a justiça e que se tenha um julgamento, hoje, segundo dia do julgamento, desse caso que o Brasil está todo virado em atenção e sendo feito um grande pedido de justiça. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colega Presidente; boa tarde a todos e a todas que nos acompanham a partir da TVCâmara; aos convidados que hoje ocupam a nossa galeria. Venho a esta tribuna para falar desta cidade que se desenvolve aos pedaços a partir dos grandes interesses. Nós temos hoje aqui um projeto que trata da Fazenda do Arado, projeto que desconsidera a necessidade de estudo do grande impacto social, ambiental que nós teremos naquela região. Falo desta cidade que se desenvolve a partir dos grandes empreendimentos, sem considerar que o desenvolvimento precisa levar em consideração toda a cidade. Lembro quando se discutia, na Câmara de Vereadores, a Av. Tronco, aquela avenida que tirou a minha casa, que tirou a casa de mais de mil e oitocentas famílias. Sou oriunda, vereador, da Av. Tronco, daquela remoção que até hoje, aliás, daquela higienização, que até hoje não foi concluída. Nós, ainda hoje, dez anos depois, aliás, quase doze, não temos nem sequer uma moradia pronta, mas o que interessava na construção da Av. Tronco não era a melhoria, como se dizia, e o desenvolvimento daquela comunidade, o que interessava naquele grande empreendimento era a ligação de uma região central da cidade até um grande empreendimento, que era o BarraShoppingSul. Aliás, ali nós tínhamos um grande terreno, que era o *Jockey Club*, que foi doado, quase dado, para a iniciativa privada, e até hoje nós também não temos as contrapartidas. Quando vejo aqui o projeto da Fazenda do Arado sem uma ampla discussão com a sociedade, sem se pensar que nós precisamos estudar os impactos ambientais, sem pensar no impacto que vai ter na vida dos indígenas daquela região, daquela comunidade ao redor, nós também pensamos que está cidade é dos grandes interesses, que está de joelhos para a especulação imobiliária, aliás, há muito tempo. Nós tivemos o prazer de receber, na CEFOR, um dos estudos da Universidade Federal dos impactos dos grandes empreendimentos da cidade. Posso fazer relação também com esta cidade que fala de um Centro Histórico, que apresenta

um plano para o Centro da cidade, mas que não apresenta um plano para as comunidades, por exemplo, que vivem dias muito duros, dias difíceis, com esgoto a céu aberto, com escolas fechadas pela falta de manutenção e de estruturação. Afinal de contas, tivemos a pandemia que poderia ser um grande momento para se pensar as escolas, mas, não. Estamos aqui falando de um projeto que tem um grande impacto numa região da cidade, nós estamos falando de um projeto que não trata desse impacto ambiental e não leva em consideração os indígenas que tem naquela região, assim como lá na Vila Kédi, não leva em consideração os quilombolas que tem ali naquele terreno. Portanto, é preciso que esta cidade se humanize, é preciso que tenha um plano, é preciso dialogar com o Plano Diretor, é preciso pensar o conjunto da cidade. É inadmissível que tenhamos uma cidade em pelo século XXI, que esteja ainda de joelhos para esses e essas que têm aí na mão o desenvolvimento econômico, porque o desenvolvimento econômico não está hoje na mão do Executivo, está hoje na mão das grandes empreiteiras que definem quem fica e quem sai das nossas comunidades. Tristes aqueles e aquelas que ficam na rota; tristes eles, porque sabemos que, frente aos grandes empreendimentos, nós temos tido muito poucas chances.

Também quero falar do projeto que foi aprovado ontem aqui, na Câmara de Vereadores, esse projeto que obriga homens e mulheres, vereadores e vereadoras, a ficar de pé diante o hino, o hino racista, o hino que desconsidera a degradação histórica do povo negro, o hino que diz que "povo que não tem virtude acaba por ser escravo", mas não diz que povo que desconsidera a história acaba por escravizar. Ontem, nós vimos cenas de um jovem negro sendo arrastado pela polícia, algemado. É a naturalização, é a banalização da violência, dessa violência que mata homens e mulheres negros todos os dias. O nosso repúdio, o repúdio da bancada do PCdoB a essas medidas violentas que fazem com que a justiça seja seletiva e não seja para todos e todas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras; Presidente Hamilton; público que nos assiste pela TVCâmara. Eu quero usar este momento na tribuna para apelar aos vereadores e às vereadoras que cumpram um dos objetivos muito importantes da função de vereador que é a fiscalização do Executivo Municipal. Nós tivemos, ao longo desse ano, uma investigação do grupo de investigação da RBS que mostrou irregularidades graves, uso irregular de verbas extras da Secretaria Municipal de Educação na ordem de R\$ 8 milhões, entre 2017 e o ano todo de 2021. Nós acreditamos que é muito grave, que uma investigação que mostrou o desvio de R\$ 8 milhões não seja sequer apreciada pela Câmara de Vereadores. Foi uma investigação do grupo da RBS, coordenada pela jornalista Adriana Irion, que mereceu inclusive um título, uma homenagem aqui na Câmara de Vereadores, pelos seus

trabalhos de investigação. A Adriana Irion foi responsável por desmontar esquemas de corrupção no DEP, no governo anterior ao Marchezan, que infelizmente não teve uma investigação durante a legislatura passada e agora novamente a Adriana Irion comprova um escândalo, um esquema de corrupção envolvendo cargos de confiança nomeados pelo governo. Assim, Ver.^a Mônica, a investigação feita pelo jornalismo investigativo, evidentemente que a Polícia vai também investigar, mas a Câmara de Vereadores tinha que, por óbvio, cumprir o seu papel. Infelizmente a Câmara não está cumprindo. Nós estamos requerendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que a Câmara possa cumprir esse papel. E nós já temos, Ver. Oliboni, que também defendeu a instalação dessa CPI, nós fizemos dois requerimentos, porque tanto eu quanto o Ver. Oliboni percebemos a importância do assunto, entramos com o requerimento de CPI e depois acertamos, fizemos um requerimento unitário, temos 11 assinaturas. Falta uma assinatura para que se tenha uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu fiquei muito feliz que, além dos dez vereadores da oposição, nós tivemos a assinatura do Ver. Kaká, do PSDB. Eu acho muito importante, como o PSDB tem quatro vereadores, que o conjunto do PSDB siga o exemplo do Ver. Kaká e nos garanta não apenas 12, mas 15 assinaturas. Eu vejo que é importante porque o próprio Ramiro Rosário, do PSDB, sempre defendeu e discursou muito a favor da transparência, fez um enorme projeto valorizando a questão da transparência na administração pública, e uma Comissão Parlamentar de Inquérito justamente tem como objetivo investigar para que a transparência seja a regra. Eu ainda não tive a assinatura do Ver. Ramiro Rosário para essa CPI, embora, vejam só, o Ver. Ramiro Rosário foi o proponente da homenagem à jornalista Adriana Irion, que é a jornalista que fez a investigação que fundamenta, que dá as bases factuais para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então eu estou esperando que o Ver. Ramiro Rosário nos dê essa honra para que nós possamos, de fato, homenagear, na prática, a jornalista competente Adriana Irion, jogando luz às investigações que ela, corajosamente e de modo competente, tem realizado acerca da corrupção ou da eventual corrupção na Secretaria de Educação. Eu creio que isso é algo urgente, é competência da Câmara, e a Câmara não pode ser simplesmente uma sucursal do Paço Municipal. A Câmara tem que legislar, tem que fiscalizar.

Infelizmente a Câmara tem legislado mal porque tem votado projetos absurdos, como o projeto de ontem que foi um desrespeito à bancada negra e à comunidade negra da cidade de Porto Alegre, tratando de impor uma norma, como se essa parte do hino não pudesse ser, de fato, contestada, e ela pode ser contestada, porque é realmente muito absurda essa ideia de que o povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Porque nós sabemos muito bem que quem não tem virtude é quem escraviza, não quem é escravo, porque quem é escravo é uma condição. E nós tivemos muitos exemplos da luta dos escravos pela sua liberdade, então os escravos também têm muita virtude e sabem lutar pela sua libertação, mas os povos que escravizam, esses, sim, não têm virtude porque eles de fato não podem ser livres, porque quem escraviza não pode ser livre. Razão pela qual eu creio que a Câmara de Vereadores deve cumprir as suas funções, fiscalizar o Executivo e é a razão pela qual nós entramos com o

requerimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado, Ver. Hamilton, e uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0672/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 027/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui art. 8º-A na Lei Complementar nº 694, de 12 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, vedando a criação, a manutenção e a guarda doméstica de passeriformes em gaiolas, viveiros ou equivalentes. **(SEI 208.00175/2021-14)**

PROC. Nº 0682/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 028/21, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que dispõe sobre a remissão de créditos não tributários constituídos por multas decorrentes de infrações às disposições dos atos normativos que especifica. **(SEI 025.00060/2021-41)**

PROC. Nº 0396/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 0153/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que cria o Programa Poa Renda Extra no Município de Porto Alegre. **(SEI 219.00038/2021-79)**

PROC. Nº 0399/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 155/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui §§ 1º, 2º, 3º e 4º no art. 5º e arts. 5º-A e 5º-B, todos na Lei nº 12.741, de 6 de novembro de 2020 – que estabelece as normas de instalação e funcionamento de circos itinerantes no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, qualificando e operacionalizando espaços para a circulação programada dos circos nas áreas de abrangência do Município de Porto Alegre. **(SEI 208.00115/2021-00)**

PROC. Nº 0516/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/21, de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, que estabelece a suspensão do cumprimento de atos que determinem desocupações ou remoções forçadas coletivas em imóveis privados ou

públicos no Município de Porto Alegre durante o período que especifica. (SEI 221.00077/2021-63)

PROC. Nº 0703/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 0287/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que estabelece a divulgação de vagas de trabalho em *shoppings* e centros comerciais localizados no Município de Porto Alegre por meio de painéis afixados em locais de fácil acesso à população. (SEI 219.00070/2021-54)

PROC. Nº 0804/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 331/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Sandra de Fátima Batista de Deus. (SEI 209.00127/2021-25)

PROC. Nº 1201/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 531/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui a efeméride Data Comemorativa ao Dia de São Vicente Mártir no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de janeiro. (SEI 035.00118/2021-46)

PROC. Nº 1204/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 534/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui a Romaria Nossa Senhora Desatadora de Nós no calendário de datas comemorativas e de conscientização do município de Porto Alegre no primeiro domingo do mês de dezembro. (SEI 035.00117/2021-00)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1225/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 030/21, que cria o Polo Histórico, Cultural, Turístico, Gastronômico e de Lazer do Centro Histórico de Porto Alegre com a denominação de Polo do Centro Histórico, cria incentivos e dá outras providencias. (SEI 118.00330/2021-10)

PROC. Nº 1234/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 031/21, que dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) do Município de Porto Alegre, altera os §§ 3º e 6º e inclui os §§ 8º e 9º no art. 5º da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, inclui o art. 2º-B na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004. (SEI 118.00331/2021-56)

PROC. Nº 0242/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/21, de autoria das Ver^{as} Fernanda Barth, Comandante Nádia e Psicóloga Tanise Sabino e dos Vers. Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli e Hamilton Sossmeier, que garante aos estudantes do Município de Porto Alegre o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, e obriga a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta a empregar a língua portuguesa, na

forma em que menciona, em todos os seus meios de comunicação externa. (SEI 212.00031/2021-53)

PROC. Nº 0451/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que obriga a instalação de equipamentos eletrônicos conectados à internet para realização de pesquisa de satisfação em todas as Unidades de Saúde (USs) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que atendam parcial ou integralmente o Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Porto Alegre. (SEI 220.00053/2021-13)

PROC. Nº 0735/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 302/21, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que regulamenta a constituição e o funcionamento de ambiente regulatório experimental, denominado *Sandbox* Regulatório, no Município de Porto Alegre. (SEI 030.00036/2021-04)

PROC. Nº 0862/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 363/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Rosa de Saron o logradouro público conhecido como Rua D da Vila Sapolândia, Bairro Lami. (SEI 034.00341/2021-94)

PROC. Nº 0872/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 370/21, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que denomina Rua Pai Cleon de Oxalá o logradouro cadastrado conhecido como Rua A Vila Tronco II - Porto Alegre. (SEI 207.00041/2021-02)

PROC. Nº 0980/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 412/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Ivo Fortes dos Santos o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua B Jardim Morada do Sol, localizado no Bairro Cel. Aparício Borges. (SEI 019.00065/2021-80)

PROC. Nº 1134/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 500/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 30 de setembro. (SEI 024.00137/2021-83)

PROC. Nº 1203/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 533/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui a efeméride Data Comemorativa o dia de Santo Antônio no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de junho. (SEI 035.00121/2021-60)

PROC. Nº 1224/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 048/21, que cria o cargo de Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação (Analista TIC), no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município

de Porto Alegre, constante da letra *a* do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores e altera a descrição do cargo de Analista de Tecnologia da Informação, constante no Anexo II da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002, e alterações posteriores. (SEI 118.00329/2021-87)

PROC. Nº 0859/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 042/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Casa Fonte Colombo, pessoa jurídica que finda suas atividades para a promoção da pessoa soropositiva - HIV. (SEI 025.00082/2021-19)

PROC. Nº 1124/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 061/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede a Comenda Porto do Sol a Paulo Sérgio Pinto. (SEI 220.00156/2021-75)

PROC. Nº 1175/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 067/21, de autoria do Ver. Henry Ventura, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. João Theobaldo Krás Borges. (SEI 259.00003/2021-08)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR KAKÁ D'ÁVILA (PSDB): Obrigado, Presidente Nádia, colegas vereadores, todos que nos assistem, venho aqui hoje falar de dois projetos de minha autoria que estão em Pauta, mas que são de interesse de todos, tanto dos vereadores quanto dos porto-alegrenses. Não falo aqui por mim, falo em nome de todos os desempregados, principalmente aqueles que mais necessitam.

O primeiro projeto a que me refiro é sobre o POA Renda Extra, que é um projeto que cria frentes de trabalho, trabalhos operacionais, revitalização de praças, paradas de ônibus, capina, poda, enfim, cria frentes de trabalho para essas pessoas que estão em busca de emprego. É feito um edital, esse projeto já foi todo elaborado, mas nada impede que os demais vereadores possam contribuir ainda mais nesse projeto porque não é um projeto meu, é um projeto nosso, até porque tem um detalhe: como é que a gente vai pagar essas pessoas para elas possam trabalhar? Esse dinheiro virá da cota parlamentar, ou seja, a verba de gabinete do montante de todos os vereadores aqui da Câmara de Vereadores. Então é um projeto nosso, de nossa responsabilidade e que contempla principalmente essas frentes de trabalho para aquelas famílias que estão sem nada em casa, com a panela vazia, sem ter o que comer. Então esse projeto remunera R\$ 200,00 a cada seis horas de trabalho. Trabalhou, recebe no final do mês também uma cesta básica. Ou seja, tem o dinheiro, tem o projeto, tem profissionais para trabalhar, tem trabalho para esses profissionais. É esse o projeto POA Renda Extra.

O segundo projeto é o que determina para que os *shopping centers* de Porto Alegre tenham um espaço para quem está desempregado, porque quem está desempregado - como eu já estive, e muitas outras pessoas estão - sabe o quanto é

difícil e desgastante entrar num *shopping* da cidade de Porto Alegre ou seja lá de qual cidade e bater de loja em loja, perguntando se tem vaga, se pode deixar um currículo. A gente sabe o quanto é difícil, então seria muito bacana se os *shopping centers* de Porto Alegre tivessem um espaço com um mural de vagas e cada loja se responsabilizasse pela atualização das suas vagas. Então, quem está desempregado vai direto nesse espaço para ver as vagas que estão disponíveis. Seriam esses dois projetos, conto com o apoio de todos para que a gente possa debater, levar à discussão, melhorar esses projetos. É isso aí. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridos colegas, homens e mulheres da educação deste Município; está aqui correndo em Pauta um projeto de lei que supostamente quer que se ensine português nas escolas, mas é importante lembrar que português é a nossa língua viva. Isso já se ensina, se ensina em casa, se ensina na escola, é a nossa forma de comunicação mais comum, temos outras, claro. Os vereadores que aqui assinam esse projeto são Fernanda Barth, Comandante Nádia, Jessé Sangalli, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Hamilton Sossmeier, até me surpreendi com o nome do Hamilton aqui, me surpreendi mesmo. Mas o art. 3º dessa proposta de lei diz: “O uso da língua portuguesa em desacordo com as normas e orientações referidas no art. 1º desta lei acarretará sanções aos servidores públicos que o fizerem de forma a prejudicar o aprendizado dos estudantes ou o entendimento das comunicações do Poder Público, direta ou indiretamente.” Eu sei o que está por trás disso. O que está por trás disso é o desejo de perseguição política às minorias. Eles não querem aquela linguagem que diz assim: todas, todos e todes. Eles não querem que a língua seja viva. Eles acham que a língua é uma coisa morta. Daqui a pouco vem aqui o vocabulário a ser utilizado nas escolas. Vamos voltar a vossa mercê, ou sei lá, vosmecê. Não vão usar mais você. Vamos voltar ao passado. Não andem mais de carro, usem charretes. Parece que não querem ver a sociedade evoluir, avançar. Essas pautas ideológicas não contribuem para a sociedade. A sociedade avança, evolui, as pessoas têm que ser reconhecidas, têm que ter o direito à diferença. Nós temos que respeitar as pessoas e as condições que elas colocam para elas e não nós condenarmos as pessoas ao modelo social excludente. Nós temos que trabalhar pela igualdade entre todas, todos e todes, sim; poderão até aprovar esse projeto – porque aqui aprovam tudo que é coisa, até coisa inconstitucional, que é uma vergonha, é um vexame. Nós temos uma Comissão de Constituição e Justiça que não olha, muitas vezes, se é constitucional ou não. Com todo o respeito aos colegas que estão lá, mas, às vezes, parece que é um puxadinho ideológico de uma meia dúzia de extremistas dessa nova extrema direita que tem. Nós não podemos compactuar com isso, não podemos ficar calados, é direito, sim, a uma língua viva, a língua não é morta. As línguas mortas tudo bem, vamos estudar como elas

existiram, agora o português no Brasil está em permanente transformação. Nós temos de ouvir os linguistas, os pesquisadores, nós não podemos chamar o confeitiro – com todo respeito ao confeitiro – para dar aula de direção, vamos chamar o motorista para dar aula de direção. É o mesmo que esse projeto de lei, pessoas que nem sabem o que se faz dentro de uma escola pública – talvez há muito tempo tenham botado o pé numa escola pública – produzem esse tipo de projeto e lei, que é gasto de tempo, de novo. Hoje, a terceira sessão da semana, mais de R\$ 250 mil é o custo diário da Câmara de Vereadores, mais de R\$ 250 mil do teu dinheiro, contribuinte, para estarmos discutindo isso, quando falta esgoto, falta água, falta pavimentação, falta escola, falta posto de saúde nesta cidade. É um vexame para nós, eu me envergonho de estar debatendo isso aqui, eu me envergonho! Não é possível que a Câmara de Vereadores permaneça com esse tipo de protocolo de projeto. Eu peço aos colegas que recobrem a boa política e respeitem a igualdade, respeitem as diferenças desta sociedade. Parem de tentar construir perseguições políticas dentro dos espaços, acolham as pessoas, sejam políticos com “P” maiúsculo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Pois não, Ver. Claudio Janta. É uma questão de ordem?

Vereador Claudio Janta (SD): Eu só queria dizer ao Ver. Jonas e para outros membros da Casa que, como de costume, quando veem projetos, tentam dizer que a CCJ não tem critério. A CCJ tem critério de analisar se o projeto está dentro da lei ou não. Nós não analisamos a questão ideológica do projeto. Esta semana mesmo tivemos projeto aí que somos contrários, mas aprovamos na CCJ por entendermos que ele não é ilegal; esse é o critério da CCJ, ver a legalidade do projeto. Agora, quem decide é o plenário, quem decide são os vereadores. O parecer da CCJ é sobre a legalidade ou ilegalidade do projeto mediante a Lei Orgânica do Município, a Constituição estadual e a federal. Esse é o papel da CCJ, que vem desempenhando isso com muita ênfase dentro da Câmara de Vereadores, não só agora nesta legislatura, mas em outras também.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Claudio Janta, excelente esclarecimento.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, muito oportuna a intervenção do professor Ver. Jonas, muito oportuna, porque, de fato, olhem a pauta que nós somos obrigados a discutir aqui na Câmara de Vereadores; esse projeto. Ontem, nós já tivemos que votar esse projeto absurdo que trata de atacar um processo de mobilização do movimento negro no Rio Grande do Sul, expresso na bancada negra que, quando cantavam aqui o hino do Rio Grande do Sul, não se

levantou; eu me levantei para cantar o hino, mas achei muito certo que eles tivessem feito aquele protesto. E tem vereador que faz lei – olhem a que ponto nós chegamos – que faz lei para o sujeito que, quando tem Hino Nacional, o Hino do Rio Grande do Sul, tem de ficar em pé, em posição de respeito. Mas que conversa! Isso é a demonstração de que esses políticos não têm o que fazer para, de verdade, beneficiar os interesses do povo e tratam de atacar os processos de organização e de mobilização que a sociedade começa a ter. Porque é lógico que, depois daquele protesto – está aí a Ver.^a Fran que falou sobre isso – se abriu o debate sobre o Hino do Rio Grande do Sul a tal ponto que uma jornalista como a Rosane de Oliveira, quando deu a notícia da votação de ontem, colocou um aliás dizendo que era muito justo, por parte da nacada negra ou por parte de qualquer democrata, não gostar desse trecho do hino. Na verdade, a discussão aqui deveria ser outra – eu entendo que a bancada negra conteste -, mas o hino está errado por outra via, o hino diz: “povo que não tem virtude acaba por ser escravo”. Eu estou convencido de que, ao longo da história, os escravos tiveram muita virtude e os povos que não tiveram virtude foram os povos que aceitaram ser povos que escravizaram outros povos, porque não há a possibilidade de ser livre aceitando uma lógica de escravização. Então, depois eu vejo ainda no grupo dos vereadores – se o grupo fosse público ia ser para fazer vereador e vereadora passar vergonha; eu não! Porque aí eles dizem e ficam ali: ah, mas os negros e negras estão se vitimando. Não falam na tribuna, não têm coragem de falar na tribuna, mesmo as vereadoras de direita não têm coragem de falar na tribuna. Eu não vou citar o nome porque elas gostam de terem os nomes citados para conseguir alguma carreira, porque, na verdade, esse tipo de projeto que elas fazem – esse projeto que o Jonas muito bem citou - que vão garantir aos estudantes o direito ao aprendizado da língua portuguesa. E o Jonas lembrou bem, é de uma ignorância um projeto como esse, é inacreditável. Teriam de estudar um pouco, Saussure, especialistas na história da língua, de como a língua se transforma, de como a língua é viva, mas o Jonas já falou sobre isso, falou muito bem e demonstrou, de um modo muito claro, como há projetos que são, não inúteis, projetos que buscam fazer a sociedade andar para trás; eles querem que a sociedade ande para trás, mas eles não vão conseguir, e a prova de que eles não conseguem é que esses políticos se elegeram todos na onda de um crescimento da extrema direita, do bolsonarismo, e nós estamos vendo o fracasso do bolsonarismo, desse governo autoritário de extrema direita e, além do mais, incompetente, gerenciado por um Presidente genocida, estúpido e incompetente que não conseguiu sequer organizar de verdade a extrema direita no Brasil. Então, eles estão um pouco perdidos neste momento fazendo qualquer tipo de projeto para a aparecer. Nós vamos denunciá-los porque nós temos mais o que fazer, e a Câmara tem de produzir benefícios para o povo e não para aqueles que tem de usar a tribuna e os projetos para fazerem carreiras que serão, mais cedo ou mais tarde, carreiras falidas porque o povo vai descobrir quem é quem na política gaúcha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Não tendo mais nenhum vereador inscrito em Pauta, informo que encerramos a Pauta de 1ª e da 2ª sessão que estava planejada para o dia de hoje. Entremos na Ordem do Dia para votarmos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 15h26min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCE nº 024/21.

Apregoo as Emendas nºs 02 e 03, de autoria dos vereadores Aldacir Oliboni e Roberto Robaina, ao PLCE nº 024/21.

A matéria tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica, não sendo necessária a solicitação de dispensa do envio das referidas emendas à apreciação das comissões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação, o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLE nº 026/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 013/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando a votação em destaque da Emenda nº 01 ao PLCE nº 013/21.

Não há necessidade da solicitação da dispensa do envio da emenda à apreciação das comissões, porquanto a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0870/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/21, que institui o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIMPOA) no

Município de Porto Alegre, dispõe sobre infrações e penalidades e dá outras providências. (SEI 118.00263/2021-25)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Jessé Sangalli;
- incluído na Ordem do Dia em 01-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão o PLE nº 026/21. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde a todos que estamos assistindo pela TVCâmara e aos que estão presentes na Câmara de Vereadores, este projeto do SIMPOA, também apelidado de SIMAnimal, é um complemento ao projeto de ontem que era o SIMVegetal. Com esses dois projetos juntos, aprovados pelo Executivo, teremos condições muito melhores de produção e comercialização dos produtos artesanais de todos os tipos, feitos principalmente na área rural de Porto Alegre. Este projeto tem como principal objetivo desburocratizar a produção nessa área e dar muito mais liberdade aos produtores para participar de feiras, de eventos, para vender para restaurantes e para oferecer, dentro dos seus próprios estabelecimentos, os seus produtos, no caso de serem proprietários de chácaras, de fazendas, de sítios, etc. Então, a gente vê com muito bons olhos a aprovação deste projeto, acho que não há ninguém aqui que se oponha ao projeto, deve passar por unanimidade e é um projeto que vem trazer mais geração de emprego e renda e ajudar a fixar na área rural quem quer continuar na área rural. Também facilita para todos aqueles microempreendedores que trabalham nessa área, dá a eles muito mais liberdade. Hoje, a gente tem que olhar para quem produz mais no Brasil e para quem tem mais liberdade, a gente tem que se espelhar, por exemplo, na legislação de Florianópolis, na legislação da maioria dos municípios de Santa Catarina, na legislação majoritária aplicada em Minas Gerais tanto para a área vegetal quanto para área animal, e a gente precisa progredir nesse sentido. Este projeto é um projeto que vem ao encontro de uma demanda muito antiga das pessoas que produzem lá naquela região e também em outras regiões que tenham espaço e que tenham condições de produzir na nossa Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 026/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas, antes de mais nada, quero fazer uma saudação muito especial à presidente da associação das agroindústrias de Porto Alegre, da Associação Gaúcha de Produtos de Origem Animal - Agipoa, Rita Ferrão, a quem eu peço que se levante para que todos os vereadores possam vê-la; também saúdo o Ivan König, peço que também se levante, da Associação Gaúcha de Produtos de Origem Animal que, além da produção, também tem a venda, lá no Mercado Público, de produtos de origem animal. É importantíssimo o projeto para que nós possamos avançar na liberdade de empreender, na liberdade de produzir riqueza, geração de emprego e renda na nossa cidade. Ontem, como bem disse aqui a colega, a Ver.^a Fernanda Barth, tivemos aprovação do SIMVegetal; hoje teremos a aprovação deste projeto aqui que potencializará e viabilizará que tenhamos a produção desse importante setor da nossa cidade à disposição de mercados além dos limites de Porto Alegre. Às vezes, a gente fala com muita frequência, Comandante Nádia, com orgulho, inclusive, de Porto Alegre ser a segunda capital do Brasil em território de zona rural, da nossa produção que nós temos aqui, desde hortifrúti, também passando obviamente pela produção de proteína animal, de processamento de produtos, da elaboração de produtos derivados de carne, e o que parece é que, por algum tempo, se quis fazer um certo romantismo em cima dessa área. Olha, temos a produção, mas a produção tem que ser comercializada aqui dentro, e quão forte é o mercado? Quão forte é um setor se esse setor não tem liberdade para poder vender a quem tem a demanda, a quem tem a disponibilidade de, de fato, poder comprar esse tipo de produto. Então, aqui, parabenizando o trabalho da associação das agroindústrias de Porto Alegre, parabenizo também os encaminhamentos, e sabemos que é a vontade desta Casa que nós tenhamos a aprovação do projeto, flexibilizando, dando liberdade e capacidade de esses empreendedores atuarem além dos limites da nossa cidade, mas, essencialmente, potencializando os seus negócios aqui e produzindo emprego e renda. Na associação das agroindústrias de Porto Alegre são 11 empresas, Presidente Comandante Nádia, e aqui existe uma estimativa, e é importante os colegas aqui terem essa ciência, com a aprovação deste projeto aqui, Comandante Nádia, a expectativa é que nós tenhamos mais de R\$ 100 milhões em investimentos nesse setor da nossa cidade. Esses são dados da associação das agroindústrias de Porto Alegre demonstrando a importância da aprovação desta lei, para que a gente possa, aqui, ter um investimento privado nesse setor, potencializando esse setor e, obviamente, desenvolvendo toda uma cadeia de produção, de geração de emprego e renda. Então, meus parabéns à Rita, a toda a sua diretoria, aos 11 associados, e espero que venham muitos outros associados também, para demonstrar a força da agroindústria da nossa cidade, em Porto Alegre, e que sempre sirva de exemplo e de orgulho para todos nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o PLE nº 026/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, este Projeto de Lei nº 026/21, que institui o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, é um projeto do governo que - isso o Ver. Ramiro Rosário mencionou -, de fato, contribui, porque ele prevê, digamos, a possibilidade de que a produção nossa, de Porto Alegre, tenha saída no mercado nacional e internacional. E nós consideramos que isso é válido e só pode, de fato, ocorrer, se nós tivermos uma política municipal de inspeção. Caso contrário, isso não é possível porque é uma exigência do mercado nacional. Então eu queria, eu estou vendo aqui o Ver. Idenir Cecchim, que está *on-line*, é para mostrar também, Ver. Cecchim, que nós, da oposição, no caso, do PSOL, quando consideramos que é um projeto que beneficia a cidade, nós somos favoráveis. E eu quero encaminhar o nosso voto favorável porque é uma medida que visa justamente estimular a produção de Porto Alegre e a possibilidade de que a produção de Porto Alegre ganha mercado nacional e também mundial, por que não? Nós sabemos que também nessa indústria, sobretudo na indústria de carne, o nível de exploração dos trabalhadores não é pequeno, às vezes a irregularidades existem também, razão pela qual também a fiscalização é importante. Então, a ideia de regulamentar, de instituir uma política de inspeção é útil, e nós, da oposição, ou, pelo menos, nós do PSOL - estou falando aqui pela bancada do PSOL - damos acordo este projeto de iniciativa do governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLE nº 026/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 31 votos **SIM**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADO o PLE nº 026/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0673/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 058/18, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que obriga as empresas distribuidoras de obras

cinematográficas a legendar, em língua portuguesa, as cópias dos filmes destinados à exibição em salas de cinema no Município de Porto Alegre. (SEI 118.00155/2021-52)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Roberto Robaina: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Prof. Alex Fraga;
- incluído na Ordem do Dia em 26-05-21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão em o PLL nº 058/18. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta em exercício, Ver.^a Nádia, colegas vereadores e vereadoras, e público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. O projeto de lei, que ora está em discussão e para o qual eu peço apoio, obriga as empresas distribuidoras de obras cinematográficas a legendar, em língua portuguesa, as cópias dos filmes destinados à exibição em salas de cinema no Município de Porto Alegre. Por que isso? Porque a comunidade surda, que em Porto Alegre são mais de 100 mil pessoas, veio conversar com este vereador, em 2018, e nós achamos importante fazer este projeto de lei. Segundo o senso, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o IBGE, 9,8 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, o que representa 5,2% da população brasileira. Desse total, 2,6 milhões são surdos e 7,2 milhões apresentam grande dificuldades para ouvir, situação em que há uma perda entre 70 e 90% de decibéis; cerca de 1 milhão são jovens de até 19 anos de idade. Em Porto Alegre, segundo o IBGE, existe cerca de 100 mil surdos ou pessoas com grande perda de audição. Apesar dos avanços, os surdos continuam enfrentando barreiras que é de acessibilidade; falta de acessibilidade à cultura, aos museus, ao cinema, ao teatro, há falta de conhecimento de quem é a pessoa surda e suas dificuldades ou identidade. A inclusão social passa pelas necessidades de todos os segmentos da sociedade. Por isso, não é diferente, agora, nós percebemos que quem tem o costume de ir ao cinema para assistir a um filme percebe quando é um filme estrangeiro, porque todos são legendados, mas quando o filme é brasileiro não é

legendado. Aqui, no projeto de lei, nós estamos solicitando que uma das sessões diárias dos filmes brasileiros possa ser legendada. Portanto, se os produtores culturais querem ter mais público, é importante que dê acesso, acessibilidade para todos os cidadãos, independentemente de as pessoas terem alguma dificuldade ou serem surdos, como é o caso.

Portanto, é uma reivindicação da comunidade surda poder ter o acesso universal nos filmes ou, ao menos, numa das sessões diárias dos filmes que, até então, não são legendados; o projeto de lei obriga a legendar um filme por dia. Então, peço a gentileza para que os vereadores deem um sinal de acolhida, de solidariedade à comunidade surda que pede o apoio da Câmara Municipal para ter acesso universal à cultura da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde Ver.^a Comandante Nádia, que preside os trabalhos nesta sessão. O projeto do Ver. Oliboni é extremamente importante, na medida em que nós defendemos a inclusão. Nós queremos que todas as pessoas tenham condições de ter cultura, lazer. Eu também recebi pessoas no meu gabinete e mensagens, dizendo que elas gostariam de assistir filmes, em especial filmes brasileiros, porque os filmes estrangeiros têm a legenda; os filmes brasileiros não. Pelo o que eu vi, tem uma emenda ao projeto que diz que seria apenas uma sessão. Então, eu não vejo o porquê de nós vereadores da capital do Rio Grande do Sul não darmos o exemplo daquilo que, na prática, é uma forma de inclusão. Eu quero fazer um pequeno registro: eu vejo, cada vez mais, o quanto as pessoas idosas têm dificuldade de escutar, escutam pouco; algumas a visão é melhor, outras, ao contrário, a visão está pior, mas escutam mais. E há aquelas pessoas jovens que têm uma deficiência auditiva e querem assistir, querem participar, têm o direito à cultura. Eu voto “sim”, parabéns, gostei do projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde Presidente; boa tarde colegas, eu me debrucei sobre este caso, desde quando ele começou a tramitar na CCJ, Ver. Moisés, e esse tema vem da legislatura anterior. Eu parableno o Ver. Oliboni pela dedicação no mérito da matéria; e eu tenho uma divergência com o projeto. A Ver.^a Mônica falou muito bem sobre a importância de nós incluirmos os surdos, concordo integralmente, mas nós já temos uma legislação federal vigente. Inclusive,

todos os cinemas de Porto Alegre já estão atendendo a essa lei: no caso de um cliente surdo solicitar, será disponibilizado a ele uma cópia legendada, ele terá acesso ao filme legendado de qualquer jeito, portanto, ele já está contemplado. A lei municipal acaba fazendo, pelo projeto do Ver. Oliboni, ao qual, respeitosamente, vou divergir, pois, ao colocar uma obrigação de uma transmissão diária de um filme nacional legendado, acaba criando um desincentivo para que os cinemas porto-alegrenses ampliem a exibição de filmes nacionais. Eles apenas vão cumprir a cota, e a gente acaba punindo a produção audiovisual nacional que é a mais atingida junto com as animações. Então, embora, no mérito, é super-relevante o debate - e parabênzo a iniciativa e sou sensível ao tema -, a forma do projeto não é a mais adequada, porque, embora, o objetivo seja nobre, acaba tendo uma possibilidade de reduzir o número de produções audiovisuais, exibições. No final das contas, vamos retirar dos surdos a possibilidade de ter mais exposições a obras culturais. Então, da forma como está posta, ela não contribui, acaba prejudicando. Acho que a lei federal, hoje, já garante esse direito; esse acesso está bem contemplado. Estou aberto a discutir algumas alternativas que possam otimizar essa relação, mas, da forma como está escrito, eu não vejo como produtiva, além de, na minha opinião, ser até inconstitucional, por conta de a medida estar espelhada em lei federal, mas também por estar excedendo um pouco nas atribuições. Agradeço a atenção; falei em discussão para oportunizar o debate. Agradeço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Pois não, vereadora.

Vereadora Mônica Leal (PP): Ver.^a Comandante Nádia, que preside os trabalhos, uma das primeiras coisas que eu faço quando vou votar é ver a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade, e por alguém que tenha saber jurídico. O Dr. Fabio, nosso procurador-geral, fez um parecer que aponta que o projeto não tem inconstitucionalidade ou ilegalidade que impeça, nessa fase inicial, a sua tramitação, ou que atraia a incidência do artigo nº 19, inciso II, alínea J do Regimento Interno. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos que acompanham a sessão; presidindo nossos trabalhos, Ver.^a Comandante Nádia. Eu me comprometi com a bancada PSDB de subir aqui na tribuna, porque hoje em dia parece que alguns votam e deixam de votar por causa das agremiações partidárias que apresentam determinados projetos. Eu lamento isso. Nós vamos votar a favor do seu projeto, Ver. Oliboni, por um motivo muito simples: nós sempre defendemos aqui o princípio da equidade, um princípio antigo defendido por Aristóteles que dizia, *ipsis litteris*, o seguinte: "Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais

na medida da sua desigualdade". Então, após ouvir o Ver. Gilson que consultou várias pessoas que têm esse problema, e nós também, não temos como nos opor a um projeto dessa magnitude. Ele é verdadeiro no seu nascer, na sua intenção, e vou deixar muito claro àqueles que eventualmente dizem: "Mas como vocês vão ser a favor de uma proposição do Oliboni, da oposição, do PT?" O que nos importa é a proposta, e para a cidade, para as pessoas que serão beneficiadas pela sua proposição, por óbvio, votaremos a favor. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, colegas vereadores. Desculpa eu estar dentro do carro, mas eu saí do médico agora. Quero parabenizar o Ver. Oliboni pela proposta. Eu acho que tudo que nós fizemos, o mínimo que for, como é até a questão desse projeto, é válido. A verdade é que não existe acessibilidade. Ontem estive, Ver. Oliboni e colegas, com o secretário Léo Voigt junto com a FENEIS e a Sociedade dos Surdos, para tocarmos aquela questão da lei hoje aprovada, de nós termos em Porto Alegre a Central de Intérpretes. Ela não foi colocada em prática ainda, nem a virtual, que já tinha iniciado no governo passado, hoje não está funcionando. Então o secretário Léo Voigt se sensibilizou, e foi montado um grupo de trabalho para ser criada, então, a Central de Intérpretes em Porto Alegre. O que quero dizer com isso? O Ver. Oliboni falou que há, em Porto Alegre, em torno de 100 mil pessoas portadoras de deficiência auditiva, então nós, como estamos próximos da Sociedade dos Surdos, sabemos o quanto eles sofrem principalmente na questão da saúde, o quanto as pessoas com deficiência auditiva não vão ao médico, porque não têm intérprete, são acometidas de muitas doenças, principalmente as mulheres, com câncer de útero e todo tipo de doença e enfermidades, justamente pela falta de acessibilidade, pela falta de inclusão. Por isso, repito: tudo que nós fizemos, o pouquinho que fizemos para a inclusão é bem-vindo. Por isso, encaminho favorável ao projeto do Ver. Oliboni. Votarei favorável. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia, demais colegas. Às vezes, o óbvio precisa ser dito: eu duvido que algum vereador aqui, nesta Casa, seja contrário à inclusão, não queira que as pessoas tenham oportunidades iguais de ter acesso à cultura, à educação, ao entretenimento, à informação. Uma coisa óbvia, mas eu repito: o óbvio, às vezes, precisa ser dito. Com

relação ao projeto do Ver. Oliboni, ele me causa uma série de estranhezas e também de preocupações. Eu acho que, infelizmente, na ânsia que todos nós temos, não como vereadores, mas como seres humanos, de queremos ajudar as pessoas e queremos, de alguma forma, justificar os nossos mandatos e justificar a nossa atuação política, muitas vezes a gente acaba tendo a ânsia ou o ímpeto de criar leis com uma suposta visão de auxílio, mas a gente não se dá conta, ou alguns colegas não se dão conta que ao fazer isso, na verdade, nós estamos dando tiro no pé, porque fazer boas ações com o dinheiro dos outros é fácil. Nós temos, como poder público, na minha avaliação, a responsabilidade de valorizar as pessoas, a iniciativa privada, as empresas, as pessoas físicas que fazem boas ações. Nós devemos valorizar essas pessoas. Não podemos, contudo, impor regras, restrições, normativas, normas que venham, de alguma forma, a forçar uma possível - ou suposta - boa ação que eventualmente, na prática aqui, sejamos razoáveis, sequer, talvez, ser utilizada. Digamos que tenhamos sessões de cinema com filmes nacionais, com animações, com legendas. Sim, mas quem garante que alguém de fato vai precisar daquela legenda? Isso é o mercado que regula, isso é o mercado que tem oferta e demanda. Todos têm, obviamente, o direito ao acesso à cultura e ao entretenimento, à vida em sociedade, mas nós impormos regras, nós estabelecemos que uma sala de cinema vai designar um horário específico para que o filme tenha determinada legenda? Quem somos nós, vereadores, para dizer se uma sala de cinema tem que ter legenda no filme ou não? Isso não é fazer boa ação, isso não é querer uma sociedade melhor. Não é, não é! O que nós deveríamos aqui é focar esforços em valorizar aquelas iniciativas privadas, organizações não governamentais, entidades filantrópicas, igrejas, enfim, todas aquelas entidades que, de corpo e alma, querem se doar, que de corpo, alma e vocação querem fazer o bem ao próximo. Esses, nós temos que valorizar, mas não impor ao mercado, não impor a um negócio determinadas restrições que, porventura, inclusive, venham a inviabilizar a sua própria operação. Ou pior, mais uma lei para não ser cumprida, mais uma lei para não ter nem capacidade de fiscalização. Quem é o fiscal da Prefeitura que vai na sala de cinema no horário para ver se tem legenda? Quem é o fiscal da Prefeitura que vai estar lá? Então é mais uma lei inócua, é jogar para a torcida, é coisa para inglês ver. Então, com todo o respeito aos colegas que pensam o contrário, meu voto será contra, inclusive respeitando – e muito respeitosamente –, agradecendo a minha bancada que me dá liberdade de manifestar minha expressão, de manifestar o meu posicionamento em prol da cidade. Muito obrigado ao presidente Moisés Barboza.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não vou usar a tribuna porque eu só quero reconhecer o mérito do projeto. Vou me associar aos demais colegas, uma questão de sensibilidade, questão de efetivar para toda a sociedade e dar oportunidade,

principalmente aos mais necessitados, entender esse processo. Neste sentido, acompanho os demais vereadores, porque o mérito, Ver. Oliboni – nós não estamos falando de ideologia, apenas do mérito –, tem virtudes importantíssimas. Nesse sentido, vamos acompanhar seu raciocínio e vamos votar a favor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. Boa tarde a todos os nobres vereadores e vereadoras, todos que nos acompanham através da TVCâmara. Nobre Ver. Ramiro, com todo o respeito a V. Exa., de repente, o senhor não concorda, e eu não discordo de V. Exa., mas vejo também que se ninguém fizer nada, não tomar nenhum tipo de atitude, não entender que existem pessoas diferentes na cidade, existem pessoas que realmente, se não tiver, principalmente pelo poder público, pelas empresas de cinemas, ou seja lá qual for o tipo de empresa que vai se beneficiar das pessoas, eu acho que elas têm que respeitar todo público. As pessoas têm que entender – o próprio cinema, o responsável pelo cinema ou por qualquer outro tipo de comércio na cidade –, quando forem fazer alguma coisa ou construir alguma coisa na cidade, que existem pessoas com deficiência visual, existem cadeirantes, existem idosos na cidade, existem várias pessoas que ainda fazem parte da cidade, que dão lucro para a cidade, que compram no comércio, que também tem que ter a sua dignidade e ser respeitado. Quando uma pessoa com deficiência física ou um cadeirante vai a uma loja e não consegue acessar aquela loja, por não ter acessibilidade, ali falta o respeito com aquele ser humano. Aquele comerciante não pensa na cidade, ele não pensa nas pessoas que vão comprar no seu comércio. E precisamos, sim, que os nossos secretários fiscalizem também, que eles não sejam só os agentes que trabalham para o poder público, nas secretarias. A população precisa também denunciar esses lugares, porque a gente anda na cidade e vê que realmente precisa desse olhar. E nós não podemos desrespeitar as pessoas, não podemos impedir as pessoas de ir e vir, elas têm direito, como qualquer outro ser humano, como qualquer outra pessoa, de entrar em qualquer lugar e ter acessibilidade, dignidade e respeito de, se ela quiser ir ao cinema, assistir um filme e poder sair dali contente, feliz, porque, pelo menos, aonde ela entrou, teve respeito e dignidade. Vou votar favorável também ao projeto. Sou presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência aqui, na Câmara de Vereadores, e quando se trata de acessibilidade, nós temos que evoluir. A cidade tem que evoluir, a cidade tem que crescer, os nossos governantes, os nossos secretários, eles têm que cuidar da cidade, têm que cuidar do povo da cidade de Porto Alegre. Nós, vereadores, fomos eleitos para cuidar da cidade de Porto Alegre. Nós fomos eleitos pela população de Porto Alegre, seja ela deficiente físico, seja ela deficiente visual, seja ela cadeirante, seja idosa, seja da cor que for, a religião que ela tiver, nós fomos eleitos para apoiá-las. E se nós, como vereadores, não lutarmos para que essas pessoas possam ter dignidade e

chegar aonde quiserem, ser respeitadas, então, o que é que nós estamos fazendo aqui na Câmara de Vereadores, como vereadores? Nós temos que realmente lutar pelo direito das pessoas. Se vai ter fiscalização? Aí, vamos nós, vereadores, fiscalizar e pedir ao nosso prefeito Sebastião Melo, nosso vice-prefeito Ricardo Gomes, tenho certeza do apoio, pois o prefeito Sebastião Melo tem feito um bom trabalho. Não estou olhando para o governo passado, o que passou ou deixou de passar, eu quero saber que nós temos que realmente lutar por essas pessoas. Obrigado, Presidente Comandante Nádia, que Deus abençoe a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL n° 058/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Comandante Nádia, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, ouvi atentamente os argumentos, e todos têm um fundo de razão, até o próprio Ver. Ramiro Rosário colocou uma realidade. Nós, por exemplo, não estamos fazendo nada e não temos o que fazer com as novelas. As novelas chegam a nossa casa sem legenda nenhuma, elas são febre nacional. O Ver. Oliboni fez esse projeto, eu sei, baseado nas pessoas que pedem esse tipo de projeto. Eu mesmo recebi a dona Carla Brum, que é presidente de uma associação de surdos, pedindo algumas coisas para os surdos-mudos. E precisa, nós precisamos realmente, como diz o Ver. Medina, fazer alguma coisa possível e palpável. É lógico que nós vamos votar a favor desse projeto, pela iniciativa. Nós também gostaríamos que tivéssemos esse tipo de projeto, esse tipo de proteção aos autistas, que o Ver. Janta se preocupa tanto. Nós precisamos fazer com que todo mundo nos entenda, mas, principalmente, tem um argumento, que me parece que foi do Ver. Freitas, das pessoas que vão ao médico e não têm um tradutor para dizer o que sente. É complicado, mas nós temos que ter um começo para isso tudo. As pessoas estão começando a saber o que os vereadores estão falando, porque tem uma tradutora de sinais. Todos os jornais da televisão já têm uma tradutora de sinais, para que os surdos possam acompanhar os noticiários. Vamos devagar, vamos fazer. O projeto do Oliboni é meritório, eu votarei a favor, acho que a bancada também votará a favor, nós não fechamos questão. Em nome da iniciativa de ajudar, vamos votar a favor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria PLL n° 058/18.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que acompanha esta discussão tão importante, a luta pela inclusão não é pequena e não é uma coisa de hoje. É uma luta muito antiga. Se nós formos olhar para a sociedade, as minorias

ficaram sempre relegadas a segundo plano, a terceiro plano, sempre, sempre. Que bom hoje que a política começa a fazer o dever de casa e a recompor espaços para a cidadania. Lembro, quando eu estudava, faz pouco tempo, eu completei o ensino médio em 2004, muitas escolas não tinham rampa de acessibilidade. Hoje, algumas ainda não têm. Vejam bem, algumas ainda não têm rampa de acessibilidade; a Câmara, no passado, não tinha, e assim tudo foi sendo reformulado para que todas e todos possam ocupar os espaços. Eu me recordo, quando eu fui assessor do secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Prof. José Clóvis de Azevedo, existia o seminário integrado, era uma disciplina, uma espécie de disciplina, um espaço pedagógico no ensino médio de todas as escolas, onde os alunos produziam projetos de pesquisas, faziam pesquisas, Ver. Hamilton. E lembro da cidade da Lajeado, onde uma escola de ensino médio, muito interessante o projeto que os adolescentes produziram, eles fizeram um estudo, Ver. Cassiá, em toda cidade, para mostrar que a cidade não tinha acessibilidade para os deficientes, não tinha nenhuma acessibilidade. E a partir desse conhecimento construído na escola, a prefeitura começou a construir o direito a todos, inclusive em prédios públicos. Vejam só, a escola fez esse estudo. E estou falando isso, porque foi há seis anos, é recente, então, há muito ainda para a sociedade avançar. A gente olha para Porto Alegre, vários prédios têm acessibilidade, mas outros tantos não têm. Se a gente for às periferias, olha como sofre um cadeirante na periferia, como sofre!

Então tem muito que avançar, e esse projeto do Ver. Oliboni ajuda muito o acesso à cultura para todos. E não se trata de ter em casa para assistir um filme, a diferença é muito grande, a experiência cultural dentro do cinema, junto com todas as pessoas, é uma experiência diferenciada. E essa experiência, já que para nós aqui é garantida, é importantíssimo que todos possam ter acesso a tudo na nossa sociedade. Inclusive, a gente tem visto avançar, agora, está chegando o verão, diversos instrumentos para fazer os deficientes acessarem as praias do Rio Grande do Sul, isso é fundamental.

Então, todos os projetos que trabalharem a inclusão real da cidadania, nos espaços públicos e privados, terão apoio deste vereador, Jonas Reis. Quem é professor acaba convivendo com muita gente, muitos alunos, muitos pais e mães, enfim, a gente tem mais de mil alunos em cada escola, todo o ano tem convívio com um universo de mais de 3 a 4 mil pessoas, e a gente vê como é difícil a vida de cada um com a sua diferença, com a sua forma de habitar. E nós, como poder público, como agentes públicos, temos que fazer esse tipo de projeto, para ajudar a melhorar a vida da cidadania. Parabéns, Ver. Oliboni, muito meritório, contará com o meu voto. Um grande abraço a todas e todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para discutir o PLL nº 058/18.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Presidente Comandante Nádia, este é um projeto de inclusão, meritório, parabenizar o Ver. Oliboni pelo projeto. Quero dizer que vou votar favorável, que é um projeto inclusivo e que facilita realmente aqueles que gostam de assistir os filmes, tanto como o brasileiro gosta de futebol, também gosta de filmes. Este é um projeto muito meritório, muito bem-vindo a esta Casa. Parabenizo o Ver. Oliboni. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Hamilton.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inclusão do PLL n° 327/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão, e que seja a próxima matéria a ser apreciada após o PLL n° 373/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h21min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 16h27min: Estão reabertos os trabalhos. Solicito que o diretor legislativo apregoe ao plenário as matérias que chegaram.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda n° 02, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLL n° 058/18.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n° 02 ao PLL n° 058/18 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Karen Santos (PSOL): Presidenta, não tivemos acesso à emenda protocolada pela Ver.^a Mônica, tem como ler?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quando for feita a votação, será lida.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, Ver. Ramiro Rosário e Ver.^a Fernanda Barth, a Emenda n° 01 ao PLL n° 058/18. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 21 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADA a Emenda nº 01 ao PLL nº 058/18.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 058/18. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 02 ao PLL 058/18.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02 ao PLL nº 058/18. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 24 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADA a Emenda nº 02 ao PLL nº 058/18.

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Felipe Camozzato e Ramiro Rosário, o PLL nº 058/18. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 26 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADO o PLL nº 058/18. Parabéns Ver. Oliboni.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0879/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 373/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao doutor Ivan Pacheco. (SEI 023.00023/2021-34)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Pedro Ruas: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 10-11-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão o PLL nº 373/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 32 votos **SIM**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADO o PLL nº 373/21. Parabéns, Ver. Cassiá Carpes.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0800/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 327/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Edmundo Carlos de Freitas Xavier. **(SEI 037.00271/2021-71)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 06-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão o PLL nº 327/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 34 votos **SIM**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADO o PLL nº 327/21. Parabéns, Ver. Márcio Bins Ely.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Pedro Ruas solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 2 a 8 de dezembro de 2021.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0947/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 024/21, que define Regime Urbanístico para as Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 078 da Macrozona (MZ) 08, altera os limites das Subunidades 07 e 08, exclui a Subunidade 12 e renomeia a Subunidade 11, que passa a ser denominada Subunidade 09, todas da UEU 080 da MZ 08, define Regime Urbanístico para as Subunidades 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da UEU 080 da MZ 08, constantes no Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), estabelece contrapartidas para o Parcelamento do Solo do empreendimento “Fazenda Arado Velho”, revoga a Lei Complementar nº 780, de 20 de novembro de 2015, e dá outras providências. **(SEI 118.00293/2021-31)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 22-11-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em discussão o PLCE nº 024/21. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas. Subo a esta tribuna para discutir o projeto que permite a megaconstrução de um empreendimento na Ponta do Arado, bairro Belém Novo, Zona Sul, na nossa capital. Um empreendimento que nós viemos enfrentando nesta Câmara de Vereadores desde a legislatura passada. Eu me recordo do projeto do ex-vereador Professor Wambert Di Lorenzo e das discussões que foram feitas para aprovar aquele projeto - naquela

questão, com argumentos técnicos falhos; com argumentos sociológicos falhos, inclusive, foi o que impediu a continuidade e a sanção daquele projeto pelo prefeito da época. Novamente, nós estamos tendo que fazer essa discussão sem todos os laudos técnicos, ambientais, sociológicos, sem consulta prévia e de boa-fé, de acordo com a Convenção nº 169 da OIT, aos povos originários guaranis que tem presença secular naquela região, como povos nômades que são. Ao contrário do que o prefeito Melo desrespeitosamente falou de que eles vieram parar naquelas áreas de helicóptero; isso só mostra não só o desconhecimento, mas o pensamento colonial de parte da nossa elite rio-grandense que trata os povos originários enquanto invasores. Falta aula de história, falta aula de geografia, mas principalmente falta vergonha na cara daqueles e daquelas que ousam dizer que os povos originários não têm direito a território - territorialidade, identidade e à terra. Eu subo a esta tribuna novamente para trazer alguns argumentos que nós debatemos nas audiências públicas e um que eu acho muito relevante: qual interesse público de ceder essa área para a construção desse megaempreendimento? Com certeza, não tem interesse de moradia popular; pelo contrário, para resolver o problema da falta de moradia, do aumento do custo do aluguel, do aumento do custo de vida, de mais pessoas indo para situação de rua, esse megaempreendimento vai na contramão. Isso nada mais é do que a Câmara de Vereadores facilitando a vida da especulação imobiliária. Para resolver o problema de moradia na nossa capital, não precisaria construir mais um metro quadrado sequer, de tanto próprio municipal vazio - nem a Prefeitura tem conhecimento de quantos imóveis vazios hoje detém -, próprios estaduais, próprios federais, inclusive, os próprios privados. Só no meu condomínio tem mais de 20 unidades vazias na mão da especulação imobiliária. E é disso que nós estamos falando: numa cidade que se desenvolve. Agora, que está na moda essa discussão de ter acesso à natureza, apartamentos de luxo, perto do guaíba, a Zona Sul virou um filé, e, para isso, dane-se a natureza, danem-se todos os marcos legais que garantem a proteção daquele ambiente, dane-se a memória ancestral presente naquele território, dane-se a presença guarani. Isso é muito desrespeitoso, assim como as mentiras e as falácias que implementaram na cabeça daquela comunidade, de que a ideia de progresso, de desenvolvimento, é a ideia de progresso capitalista, que tem que transformar tudo em concreto, e que a segregação, presente naquela região, vai garantir novos empregos. Isso nós debatemos também na audiência pública. Que tipo de emprego esse empreendimento de moradia vai gerar? Para passar, para lavar, para servir; não desrespeitando essas profissões, mas a gente sabe que são profissões extremamente desfavorecidas de renda, extremamente desvalorizadas e precárias. É esse tipo de emprego que esse tipo de empreendimento, com o aval do governo municipal e da Câmara de Vereadores, vem incentivando na nossa capital; não é um emprego de ponta, não é um emprego de tecnologia. Para o pobre, a segregação, a especulação imobiliária, para eles poderem servir, prestar atendimento precário e serem muito mal remunerados. Não é isso que a gente entende, enquanto ideia de desenvolvimento para a nossa capital, de civilização; pelo contrário, esse modelo de civilização vem levando o nosso mundo ao colapso. Estão aí todas as crises climáticas, comprovando por A mais B que o mundo tem data de validade, se seguir essa dinâmica.

Isso nos preocupa e deveria preocupar também os vereadores desta Casa. Era isso, neste momento, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu queria dizer para a Ver.^a Karen que eu prefiro um megaprojeto do que uma megainvasão, como ela é acostumada a fazer. Aquele entorno, onde vai sair esse projeto, está cheio de invasões que não respeitam o meio ambiente; pelo contrário, destroem o meio ambiente, não cuidam de nada, e nós precisamos dar um basta a essas invasões, principalmente. Nós não queremos mais invasões; nós queremos empreendimentos saudáveis. Não tem o que discutir sobre o que ela está dizendo de povos originários. Eu conheci, ali, no Morro do Osso, por exemplo, um cacique loiro. Isso é originário, Ver.^a Karen? Um cacique loiro é originário? Assim como o cacique uruguaio, que se mudou para cá? Eu não sei se vieram de helicóptero, mas que foram trazidos, foram. Porque eles não estavam lá, não tem um conhecido naquela área que seja povo originário. Então, vamos achar argumentos mais firmes, mais práticos, para fazermos discussões. Eu vou votar favoravelmente a este projeto, ele já era para ter sido aprovado há oito, dez anos, chega de esperar, eu quero desenvolvimento e vamos fazer o desenvolvimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Márcio, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, eu quero registrar que, quando nós discutimos o projeto do Estaleiro Só, nós discutimos uma emenda de minha autoria, que foi aprovada. Hoje, o Estaleiro Só está aí, com aquelas construções, e o local ficou belíssimo. Naquela oportunidade, eu apresentei uma emenda, que, basicamente, dizia que, em qualquer hipótese, seriam preservados 60 metros de área junto à orla, com acesso universal a toda a população. Foi aprovada aquela emenda, e, hoje, temos o resultado ali instalado, qual seja, uma preservação de área de 60 metros.

Quando o Ver. Wambert apresentou um projeto da mesma natureza, esse daí na Reserva do Arado, eu apresentei a mesma emenda e ela foi rejeitada. Eu quero registrar que, agora, no projeto do Executivo, estou apresentando a mesma emenda: uma preservação de 60 metros nas proximidades da beira da orla do guaíba, com acesso universal de todas as pessoas. Nós temos, ali, milhares de metros quadrados de área, e

esses 60 metros seriam extremamente importantes para a comunidade local e para os porto-alegrenses. Portanto, a emenda está apresentada e eu peço o voto favorável. Um abraço a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, população do Extremo-Sul de Porto Alegre, que nos prestigia aqui, nesta Casa. Infelizmente, temos este projeto sendo votado na surdina e não temos a população ciente do que ele representa de fato. É mais um projeto de entrega do nosso espaço de preservação, é mais um projeto que visa diminuir as nossas áreas verdes em prol de uma especulação imobiliária desenfreada e que quer, de todas as maneiras, se apropriar da nossa orla, realizar grandes construções com grandes investimentos nas áreas em que deveria ter acesso toda a nossa população, e não somente alguns; áreas essas, nesse caso em específico, ainda vinculadas aos povos originários, à população indígena. E tem todo um debate que envolve os materiais que existem naquela região e que serão destruídos a partir dessa iniciativa. O projeto inicial, que iria ser votado, era tão absurdo que forçou com que se fizesse uma colcha de retalhos para que fosse votado este projeto que estamos votando hoje. Não acho que a gente deva partir da ideia de que não podemos ter nenhuma construção na cidade, que a cidade não tem que pensar em novos modelos arquitetônicos - não é disso que nós estamos falando -, mas nós temos que ter um compromisso, temos que ter cuidado, e, definitivamente, não é o que nós estamos vendo na Ponta do Arado. O que nós estamos vendo é uma faceta de uma lógica higienista, uma faceta de uma lógica que favorece aqueles grandes empreendimentos das grandes corporações e uma certa alienação da nossa cidade, que não compreendeu, de fato, o que está acontecendo, o impacto ambiental que teremos, a questão do transporte naquela região, do esgoto, a questão da poluição. Tudo isso impacta diretamente a população de Porto Alegre e estará presente na Ponta do Arado.

Tem um debate envolvendo, inclusive, a prainha de Copacabana, a situação do DMAE, estudos que já foram comprovados que não são reais, que foram fraudados, e em cima desses estudos é que nós estamos votando leis, decidindo políticas públicas que irão impactar a nossa cidade, a nossa população, e sem nenhum fundamento, sem nenhum respeito ao meio ambiente, aos povos originários, ao acesso que a população de Porto Alegre merece ao Guaíba, às áreas verdes. E é contra isso que nós lutaremos até o fim nesta votação de hoje.

Vamos tentar mitigar isso com as nossas emendas, com as emendas da oposição, do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, do PSOL. Queria agradecer à Isabele, que estagia com a gente, e que fez esse meio de campo, trouxe essas propostas,

para que fossem apresentadas, e que participa deste debate de forma séria, sempre presente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, esta discussão; também à cidadania aqui nas galerias, a minha saudação; cada sociedade tem o seu carma, cada grupo social ocupa um espaço num determinado tempo histórico. Nós, infelizmente, vivemos e compartilhamos um tempo histórico com projetos mesquinhos, projetos tacanhos, projetos medíocres, projetos que não trazem perspectiva de futuro para todos e para todas – não, para alguns. Infelizmente, vivemos a era do capital. A era do capital é a era em que tudo se mede pelo dinheiro que se tem. Quanto de dinheiro você tem? Segundo os capitalistas, é o que você vale. Você não vale pela sua visão de mundo, pelo seu conhecimento, pela sua filosofia, pela sua espiritualidade, não. É quanto você tem na sua carteira, na sua conta bancária, quantas propriedades você tem. É assim que os que vivem e pensam só em dinheiro elaboram leis, votam leis e se rendem a uma minoria que não tem compromisso com uma cidade para todas e para todos. Quem quer aquele empreendimento lá numa área de preservação ambiental, numa área que precisa receber estudos científicos, numa área que, inclusive – aqui eles não dão bola –, tem até felinos, que são o topo da cadeia alimentar de um determinado ecossistema? Mas isso não importa. Agora querem construir mais de duas mil moradias lá. Imaginem, Porto Alegre não conseguiu, até hoje, garantir saneamento para todas e todos e quer construir um condomínio. Por que é que vocês não têm essa dedicação com a Restinga? Por que é que vocês não têm essa dedicação com a Lomba do Pinheiro, onde falta água? Por que é que vocês não têm essa dedicação? Vocês, que vêm e defendem este projeto, vocês não defendem o povo trabalhador desta cidade, o povo não quer discutir este projeto, o povo quer que o dinheiro dos impostos se transforme em serviço público, e vocês querem legislar para a causa da minoria. A maioria não está sendo ouvida. Vocês dizem: "Somos representantes do povo, aqui fazemos pelo povo". Olhem a cidade que vocês têm entregado, ano após ano; vocês, extremistas; vocês, que estão com o capital de especulação imobiliária; vocês deixam faltar médicos, enfermeiros, técnicos, insumos; vocês mantêm uma cidade sem democracia participativa. Vocês não chamaram a população para as galerias; se pudessem, não teria ninguém aqui para votar. Vocês não devem satisfação ao povo, porque não querem, mas nós estaremos aqui fazendo o contraponto, dizendo que essa área tem dono, e o dono dessa área é Porto Alegre. Porto Alegre não é meia dúzia de megaempresários que, com o seu poder, impõem uma lógica excludente. Sabem o que vai acontecer lá, se essa obra sair? Queda de luz, falta de água, e o esgoto, que já transborda naquela zona, que é de banhado, na frente da casa das pessoas, vai piorar. Vocês acham que as caixas d'água que o condomínio de luxo vai

colocar não vão puxar água dos mais pobres, como já acontece em outras regiões? Em outras regiões, tem condomínios que puxam água. Quem não tem a sua caixinha d'água, Ver.^a Daiana, nos morros da capital, não bebe água todo dia, não toma banho todo dia. Assim é no Morro da Cruz, assim é aqui pertinho, nos Alpes, porque os vereadores da especulação imobiliária não se importam com o planejamento da cidade. Eles querem fatiar o Plano Diretor, porque eles se ajoelham a uma minoria. Eles não querem discutir que cidade queremos, que cidade vamos projetar, porque esse deveria ser o dever de todas e todos aqui. Eles já, semana passada, discutiram o Centro Histórico. Dizem eles que, agora, o Centro Histórico será revolucionado, e assim eles acham que, no Belém Novo, matando a fauna, matando a flora originária, tirando os povos originários, eles vão fazer um grande favor para a cidade. Ficarão para a história os que viram as costas para o verdadeiro progresso, que é com sustentabilidade, com democracia, com participação, com o povo decidindo. Tinha que fazer um plebiscito, o povo dizer. Não, eles fazem igual ao governadorzinho ali. Aquele ali dizia na campanha: "Não vamos privatizar, não, isso não!" Está lá, vendendo a Corsan, superavitária, que hoje leva água barata para todos os lares de gaúchos e gaúchas. Mas eles não querem para todos, eles querem uma cidade cercada, eles querem bairros particulares, como esse que está saindo aqui no Cristal. Esse é o modelo de sociedade, em que os pobres são relegados para as periferias, e os que podem pagar terão condomínios de luxo à beira do Guaíba. O Guaíba está sendo sequestrado, a paisagem do Guaíba está sendo sequestrada, como vai ser no Cais Mauá: quem tem dinheiro paga e convive; quem não tem dinheiro leva a sua vida escondido nas ruas sem asfalto, sem esgoto, sem água, sem luz, sem segurança, sem educação, sem saúde. Que cidade é essa que vocês querem entregar? Não é a cidade para todas e todos, é a cidade para a minoria, e vocês estão ajoelhados. Eu não me ajoelharei.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, venho falar sobre essa questão colocada agora pelo Ver. Jonas e também falada pelo Ver. Leonel Radde. Eu não falo sobre a Ponta do Arado, eu vou falar sobre a cidade de Porto Alegre, sobre o País como um todo. Quais são os locais mais valorizados em todo o mundo numa região urbanizada? São os morros, são as áreas próximas à água, são aquelas localidades onde a população pode construir a sua residência, respeitando a legislação, construindo a partir do apoio técnico emprestado, obviamente a partir de remuneração, de um engenheiro, de um arquiteto. Mas a nossa legislação, infelizmente, não permite que nós possamos construir numa determinada inclinação, a gente não pode construir numa determinada distância em relação à orla, porque se fala que isso está atacando o meio ambiente. Eu queria lembrar que esses espaços próximos a córregos, próximos a veios d'água, próximos à orla, nas encostas de morros são reservados para

preservação ambiental. Essa é a alegação dos senhores, quando vêm aqui dizendo que estão preocupados com o meio ambiente. Só que qual é o problema que acaba acontecendo em toda a cidade de Porto Alegre, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, no País como um todo? Essas áreas, que ficam como estoque de território, que era para serem utilizadas como preservação ambiental, acabam sendo utilizadas para a ocupação a partir da invasão. Então, nós negamos que as pessoas que têm condições de contratar um engenheiro, contratar um arquiteto, fazer a coleta de esgoto, fazer o abastecimento de água adequado tenham o direito de comprar, pagar imposto e ocupar aquele local, seguindo toda a legislação vigente. Nesse caso, como a lei acaba proibindo, essas pessoas não podem utilizar esse espaço, mas esse espaço, esse estoque acaba permanecendo lá. O que nós vemos sempre, e vejo pessoas fazendo que não com a cabeça, eu peço para visitarem as vilas da cidade de Porto Alegre, para ver se percebem que alguma coisa está errada lá. Os nossos morros são ocupados com invasões de pessoas que acabam buscando lá para sobreviver, as nossas beiras do rio acabam ficando ocupadas por pessoas que acabam invadindo, e aquela que era para ser a principal alegação que vocês usam, que é a preservação ambiental, acaba não sendo respeitada. Ou a invasão respeita a drenagem de esgoto? Ou a invasão não faz gato? Ou a invasão não rouba água? Acaba acontecendo. Só que a nossa legislação, em vez de permitir que nós possamos ocupar isso com engenharia, com arquitetura, com urbanismo, acaba proibindo quem quer utilizar seguindo as regras de ocupar esse espaço, mas as pessoas que invadem acabam tendo a mão passada pela cabeça. Aí eu vejo, muitas vezes, a gente tendo que, após isso, para acabar sanando um problema que não é nosso, fazer aluguel social para realocar essas pessoas que estão na área de risco, tendo que pagar para elas desocuparem um lugar onde nem deveriam estar. Então, o que acaba acontecendo? Muitas vezes, em nome de uma narrativa de que nós nos preocupamos com a natureza, na verdade, a gente acaba encontrando culpados que não são, colocando a culpa em pessoas que não têm culpa, e a nossa principal alegação, que é a preservação ambiental, não passa de uma narrativa para fazer lacração na tribuna, dizendo que se preocupa com as pessoas mais humildes. Na verdade, se preocupar com as pessoas mais humildes seria justamente o contrário, não deixá-las ocupar um local que não deveria estar ocupado, mas, sim, garantir moradia com dignidade para elas. Infelizmente, quando nós discutimos, por exemplo, o Plano Diretor, nós repelimos as pessoas dos serviços que nós dizemos que elas têm direito. Por exemplo: uma cidade vertical, uma cidade que cresce para cima é uma cidade mais verde. "Ah, é um absurdo isso o que tu estás dizendo, Jessé!" Não, é justamente o contrário, porque, se as pessoas puderem subir quatro, cinco, dez andares mais para viver onde já existe infraestrutura alocada, essas pessoas não vão precisar ter que se deslocar em direção às áreas periféricas. Isso é lógica simples. Nós, hoje, porque limitamos a altura da cidade, obrigamos essas pessoas que existem, elas não deixaram de existir porque limitamos altura, a terem que se deslocar mais. O que acontece quando elas têm que se deslocar mais? Elas têm que ocupar mais área verde, elas têm que desmatar mais, mesmo aquelas que buscam, a partir de um apoio de engenharia, precisam ocupar espaços que naturalmente não precisariam ser ocupados se nós permitíssemos a densificação da

cidade. Então, quando se fala em preservação ambiental, eu só peço para os vereadores que vêm aqui defender contra este e qualquer outro projeto nesse sentido, que escolham: ou é preservação ambiental, e daí é preservação ambiental em todos os aspectos, e não só das pessoas que vocês não gostam; ou é a preocupação com pessoas. Fingir que são duas coisas, não tem como.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadores, vereadores; público que nos assiste pela TVCâmara; eu fico prestando a atenção até em quem sobe a esta tribuna e fico impressionada com o número de acusações levianas que são feitas. Acusações sem pé nem cabeça, que querem distorcer a realidade do que está sendo feito. Primeiro, vereador vem aqui dizer que é um projeto que está acontecendo na “surdina”. Não tem nada na "surdina", aliás, este é um projeto da legislatura passada e que retorna nesta legislatura. É bom que a gente lembre que na outra legislatura nós fizemos audiências públicas, foi muito conversado, foi votado, inclusive; porém, típico de quem não aceita a perda, se entra na justiça. Aqui na Câmara tem-se uma prática de que quando nós não aceitamos o contraditório, se judicializam as ações e as votações que aqui foram feitas, e isso aconteceu. Retornamos a esta legislatura e o projeto está posto já, desde o início do ano, então, não tem nada na “surdina”, bem antes pelo contrário, todos conhecem, aliás, é dever de todo vereador estudar os projetos que aqui entram, e foi feita audiência pública também, neste ano, a respeito dessa pauta. Então, não tem nada na “surdina”. Alguns vereadores vêm aqui falar do meio ambiente, mas eu lembro bem de alguns ecochatos, que gritavam e subiam nas árvores, aqui na orla do Guaíba, pois não queriam que as árvores fossem retiradas e replantadas; iria ter plantio novo, de outras árvores, em outros locais da cidade. Gritaram, subiram em cima das árvores, e, infelizmente, quando teve um temporal e as árvores caíram, eu não vi os ecochatos ali, recolhendo as árvores e ajudando. É bonito o negócio de ver. Quando o Ver. Moisés aqui trouxe um projeto maravilhoso, que foi aprovado por muitos dos vereadores que estão aqui, a respeito da poda de árvores, nossa, nesta Casa, lotada, diziam que a motosserra ia cantar. Não aconteceu nada disso. São os mensageiros do apocalipse, que querem subir a esta tribuna e disseminar o pânico nas pessoas. Provavelmente é o tamanho da régua desses que aqui sobem – ponto, não tem outra explicação. O Ver. Leonel Radde veio aqui e fez uma denúncia muito séria, que houve um estudo fraudado. O senhor, Ver. Leonel, é policial, se tem um estudo fraudado, vamos abrir um processo-crime, e eu não sei por que o senhor não fez isso até agora. Vamos? Se é fraudado, vamos abrir um processo, porque foi o primeiro que veio falar, mas não fez nada. Não fez nada! Só ficar falando, falando, é bonito – ações, poucas. E volto a dizer aqui: quando nós votamos um projeto, e esse é contraditório ao que poucos vereadores querem, a judicialização

acontece. Vão correndo para o outro Poder, o Poder Judiciário, e abrem um pedido de ação popular, abrem uma medida cautelar, bem como aquele menininho que tem o poder da bola e está jogando com os coleguinhas no futebol, mas quando o time adversário está ganhando, ele pega a bola e vai embora, porque não quer mais. Tipo menino mimado, aquela coisa que é “rancenta”; não é pró-atividade, é só porque eu não quero, sem legitimidade nenhuma.

Nós vemos, sim, que a Ponta do Arado precisa e necessita de investimentos, precisa o desenvolvimento econômico coadunando, sim, com o meio ambiente, aliás, esses vereadores que subiram e falaram mal, por certo, não leram o projeto e não estiveram em nenhuma das apresentações que foram feitas, com todos os cuidados, cuidando flora, cuidando fauna. Então, senhores, este é um projeto do bem, este é um projeto de quem quer desenvolvimento, de quem quer emprego para as pessoas. Aliás, é bonito alguns vereadores subirem aqui e dizerem: “As pessoas estão desempregadas”; mas são os mesmos vereadores que há pouco tempo gritavam "fecha tudo e fica em casa." O contraditório nesta Casa está muito grande, a teoria não tem casado com a prática.

Senhores, é "sim" ao projeto, é "sim" ao desenvolvimento da Ponta do Arado, porque a comunidade local quer. Não é meia dúzia que vem aqui gritar que não quer, a população é maior. Muitas pessoas que se calam, com medo dessa repressão de meia dúzia que grita alto. Meia dúzia que grita alto e que não condiz com a realidade. Então, queridos, "sim" ao projeto e eu quero sugerir aqui: "não" às oito emendas que estão destacadas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Márcio Bins Ely; caros colegas vereadores; nessa discussão da Fazenda Ponta do Arado, a gente vê algumas linhas de manifestações que são muito interessantes e também hipócritas. Antes, o Ver. Jonas Reis, vereador, sindicalista do PT, subiu aqui e fez uma manifestação perguntando "que cidade é esta?", dizendo que os vereadores que são favoráveis ao projeto da Ponta do Arado não planejam a cidade, não pensam na cidade do futuro. E aí vocês veem como o discurso da esquerda se retroalimenta no que diz respeito à habitação. A mesma esquerda que vai em terrenos públicos e privados, incentiva a invasão de terras, perpetuando um ciclo de pobreza para aquelas pessoas que acabam ficando, muitas delas, em condições subumanas, indignas de moradia, e ela vai lá, incentiva, financia advogados, vende a ilusão de que as pessoas devem permanecer e que podem permanecer naquelas áreas, muitas vezes áreas de risco; e por traz de toda invasão sempre há o grileiro, que pega a terra para depois vender aquele lote a um traficante, que quer mais um espaço para fazer o seu ato ilícito, ao advogado sem-vergonha, que vende a ilusão dizendo que as pessoas têm o direito de ficar lá, e ao

político, que quer mais um curral eleitoral. Como é uma área irregular, uma área, muitas vezes, repito, de risco, e as pessoas ali não têm condições sequer de receber investimento público, da iniciativa pública, do poder público, porque, afinal de contas, não pode a Prefeitura, o governo do Estado ou a União, investir numa área que está irregular, aí eles sobem nesta tribuna aqui para dizer que não se olha para a habitação, que não se olha para o saneamento, que não se olha para as condições de educação e de saúde das comunidades mais carentes de Porto Alegre, mas, na verdade, o que eles estão fazendo é a perpetuação de um discurso que se retroalimenta. Sou favorável, sim, ao projeto da Fazenda da Ponta do Arado, é uma coisa óbvia, queremos o desenvolvimento urbano, econômico de Porto Alegre. Vivi, inclusive, para ver a vereadora do PSOL subir aqui e relativizar profissões, Karen. Veio aqui dizendo que tipo de profissão o empreendimento vai gerar para limpeza, para pedreiro? Sim, a construção civil é o que mais emprega neste País. A construção é a que mais emprega, homens, mulheres, brancos e negros, e tu não queres que eles tenham um emprego, Karen? Tu não queres, tu não defendes os mais pobres, tu defendes o teu discurso, para tua claque, para lacrar nas redes sociais, é isso que tu gostas de fazer. É só isso. Na prática, tu não colocas o pão na mesa de ninguém, porque o teu discurso é mentiroso, Karen. O teu discurso é hipócrita, o teu discurso não tem sentido nenhum e não consegue ficar de pé perante a realidade. Então, vir aqui dizer e relativizar a importância de um empreendimento imobiliário para a cidade e a capacidade de geração de emprego e renda, porque empregos que serão gerados ali, serão empregos de menor renda salarial; óbvio. Queremos também os empregos de menor renda, os empregos que pagam menos, queremos os empregos que pagam mais, fazer essa diferenciação, o que é, senão discriminação, Bruna? O que é, senão discriminação? O próprio Jonas disse que a cidade e os vereadores que são favoráveis ao projeto estão sequestrando a orla. Sequestrando a orla. É verdade, a orla do Guaíba, até perto do centro aqui, até pouco tempo atrás, estava sequestrada, sequestrada pelo abandono, sequestrada pela vadiagem, sequestrada pela turma que fica fumando *beck*; estava sequestrada. Hoje nós vemos famílias frequentando, pessoas humildes, pessoas de classe média, pessoas de alta renda. Quem quiser ir lá na orla, ou no futuro cais, como foi falado aqui, no Cais Mauá, e tomar o seu chimarrão e curtir o seu pôr do sol sem gastar um real, poderá fazer isso; quem quiser ir ao restaurante e gastar R\$ 200,00 num vinho, também pode fazer isso; a cidade é para todos, a cidade movimenta a economia, a atividade e beneficia a todos, invariavelmente, sem discriminação por classe social, por faixa de renda, credo, religião, cor, qualquer coisa. Então, com relação à Ponta do Arado, repito, uma área da nossa cidade que precisa e merece se desenvolver. Nós falamos, muito seguidamente, com moradores que não são partidários, que não são ligados a movimentos, moradores que querem o desenvolvimento da região de verdade. Infelizmente, devo dizer para vocês que nós vamos aprovar e, em breve, nós teremos lá o empreendimento e que vai ser bonito. Eu tenho certeza de que, até a senhora que está gritando, vai passar lá daqui alguns anos e vai se orgulhar do desenvolvimento da região do Extremo-Sul de Porto Alegre, vai passear, vai curtir a orla com a família, com os filhos, com os netos,

porque do jeito que está hoje, privatizada aos maricás, a senhora não pode ir curtir a orla. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bem, mais uma vez na tribuna e justamente para esclarecer algumas coisas que eu vejo como muito importantes. Sobre a Ponta do Arado, o empreendimento, o Estudo de Viabilidade Urbanística, o EVU – todos conhecem, pelos menos os parlamentares têm que conhecer –, de parcelamento do solo do empreendimento foi avaliado pela Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento – Cauge – da Prefeitura Municipal de Porto Alegre através do projeto especial de impacto urbano de 2º grau: considerando a necessidade de alteração do regime urbanístico da área e aprovação do EVU do empreendimento, ficou condicionada a alteração do RU das subunidades que perfazem a área do projeto. Ou seja, vamos lá: a proposta urbanística foi apresentada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental - por acaso alguém aqui não sabe o quanto é exigente esse conselho? Eu já fui secretária do Estado e a coisa mais criteriosa que tinha na minha Secretaria era o Conselho da Cultura, que é formado por várias pessoas de diferentes áreas e que o governo não tem maioria. Pessoas, eu quero dizer que eu fico surpresa porque a exigência é enorme para este projeto; para ele chegar na Câmara, ele passou por um pente muito fino.

Continuando, em 4 de junho de 2021, foi realizada uma reunião com a comunidade local do bairro Belém Novo para apresentar o projeto e esclarecer todas as dúvidas da população. Em 1º de julho de 2021, o projeto foi pautado no plenário do Conselho Municipal do Meio Ambiente – Comam – para apresentar a proposta e colher contribuições dos conselheiros. Os senhores e as senhoras sabem o que significa isso? Só quem teve um conselho formado é que tem a verdadeira noção do quão rígido é um conselho. Não sai nada, não passa nada, nem por A nem por B; eles são técnicos. Nos dias 12 e 13 de agosto de 2021 o Executivo Municipal procedeu à realização de audiência pública, em caráter antecedente à remessa deste Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal de Porto Alegre. Tiveram a oportunidade de se manifestar mais de 40 pessoas, tanto presencialmente - da comunidade, da região, da gestão do planejamento 8 - quanto de forma *on-line*. Não existe a menor possibilidade de dizer aqui que o projeto entrou, que veio no afogadilho; não, ele foi muito debatido, ele já está há um bom tempo. Todo esse extenso processo participativo que tem a consubstância da lei complementar foi transmitido ao vivo e está disponível no canal YouTube da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Outra Secretaria que, por vezes, eu me escabelo; se tu quiseres tirar uma árvore, é um pandemônio, vocês imaginem aprovar um projeto dessa envergadura. Não há possibilidade. Eu sei por que eu moro

num prédio onde tentaram tirar uma árvore, foi um Deus nos acuda, não tem santo que faça tirar a árvore que está caindo, está meio torta, em cima dos carros.

Todo esse projeto de urbanismo, de sustentabilidade foi consolidado com milhares de pessoas, debatendo, discutindo, conversando, trocando ideias para que ele chagasse nesta Câmara. E aí vem a melhor parte, que essa, realmente, me encanta, porque, assim como eu defendi o projeto do Ver. Aldacir Oliboni, porque a mim não interessa a sigla partidária, porque atende as necessidades do povo, que era uma população surda, que tem o direito de ser incluída, na qual eu entrei com uma emenda para que as legendas fossem em libras, porque o projeto do Ver. Aldacir Oliboni é muito bom, eu vou defender este. Olhem só a contrapartida: o proprietário ficará obrigado a elaborar e executar o projeto urbanístico de qualificação da orla de Belém Novo, a doação antecipada de lote destinado à estação de tratamento de água ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE –, a qualificação das unidades de saúde do Belém Novo, US Paulo Viário I e II, bem como a manutenção dos equipamentos, intervenções executadas por cinco anos, contados da data do recebimento das obras do empreendimento pelo Município de Porto Alegre. E tem mais contrapartidas. Disse aqui um vereador, até tenho muitas divergências na sua atuação e na sua maneira de proceder, mas o que é correto a gente tem que dizer, o Ver. Ramiro Rosário falou uma coisa muito interessante aqui que são os empregos, nós estamos no pós-pandemia, empregos temporários e empregos definitivos, este projeto vai abrir e nós temos obrigação de apoiar, porque a população, a diarista que bota comida de noite na mesa da casa dela, essa precisa trabalhar, mulheres que são arrimo, chefes de família. Então, por favor, não cometam aquele suicídio do Hospital de Clínicas, em que se agarravam em árvores e não queriam leitos no hospital.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente, comandando os trabalhos. Este projeto do Arado Velho é uma das regiões mais distantes do Centro da capital, é uma região que precisa se desenvolver, a comunidade cobra muito que seja feito investimento, cobra muito a presença da Prefeitura lá. E eu vejo sempre a vanguarda do atraso puxando contra os empreendimentos. Para vocês terem uma ideia, nem eu acreditava, levei um empresário ontem na Mobilidade Urbana, eu fiquei impressionado com o projeto dele, um projeto em que nem eu acreditava, Djedah, e que a nossa engenheira Cristina ficou impressionada. Um porto-alegrense fazendo um projeto de mobilidade da Av. Ipiranga, daqui até a PUC, e solicitaram a ele que fizesse um na Av. Farrapos. Às vezes, a gente tenta desvalorizar o grande empresário, ou um empresário que quer crescer na capital. Não são só as coisas que vem de fora, são as coisas daqui, são as nossas coisas. Sobre a geração de emprego, vou citar alguns fatores aqui: a implantação do sistema de espaços como praças, parques

novos e outros espaços edificados ou não com uso coletivo de interação social que visa potencializar a valorização do patrimônio ambiental, paisagístico e histórico da Fazenda Arado dos Corredores. Eu não conhecia aquela área, eu fui conhecer agora para saber, já que eu vou votar. Fiquei impressionado com aquela maravilha que vai dar vida àquele bairro, que está precisando disso. Conforme o projeto, o empreendedor fica obrigado a promover projeto de desenvolvimento urbano e executar contrapartidas. O que mais nós falamos nesta Casa, todos os partidos? A contrapartida, Ver. Gilson Padeiro. A contrapartida que não vai para os bairros, que é desviada para outras regiões; que não acontece a contrapartida: a revitalização da orla do Belém Novo - que é uma reivindicação antiga de vocês, Ver. Gilson Padeiro, a gente sabe. Executar a articulação de percursos turísticos entre a orla de Belém Novo em locais de interesse histórico, de paisagismo, como a igreja central, Hotel Cassino, núcleo Haras, núcleo Casa Sede, Sítio Arqueológico Guarani, entre outros; reformar as unidades básicas de saúde – saúde é fundamental – em Belém Novo, US Paulo Viário I e II; doação de lote e a construção da estação de tratamento do DMAE – água, água é vida; manutenção das áreas de preservação ambiental; criação do polo comercial para geração de emprego e renda na região – nós sabemos que precisa, nós conhecemos; construção de creches, escolas agrícolas, dois postos de saúde, melhorias nas vias de acesso e na mobilidade urbana. É impressionante, vocês vão ver o desenvolvimento que vai acontecer naquela região, mas, infelizmente, a vanguarda do atraso não queria nada da orla, não quer nada na cidade, eles gostam da pobreza. Eles não gostam do pobre, eles gostam da pobreza. Quanto mais pobreza, a vanguarda do atraso, a esquerda radical vai existir e se sustenta em cima da pobreza. Pelo projeto de ocupação do empreendimento na área, deverá preservar a área ambiental da região com a criação de uma grande reserva natural, onde já existe mata nativa, a orla, locais com potencial construtivo para viabilizar o empreendimento. Sobre habitação, o projeto enviado para a Câmara tem por objeto ampliar 2.353 novas unidades. Vai ter vida o bairro, vai vir população. Nós aprendemos que, quanto mais população, mais segurança tem, mais vida, Ver. Gilson Padeiro. Ali tem uma convivência maravilhosa entre vocês - eu sempre vou lá - da igreja, a participação efetiva da comunidade com o padre, um padre jovem, aberto ao diálogo, comunicativo. Eu não entendo como as pessoas são contra o desenvolvimento. Eu vejo duas, três pessoas aqui, isso não representa o bairro. Nós fizemos pesquisa, a maioria da população de vocês lá é a favor do crescimento, a favor da geração de emprego, a favor do desenvolvimento daquela região. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras, olha, num mundo em que há iminência de catástrofe ambiental, a vice-líder do governo dizer que existem ecochatos mostra o nível, ou melhor, a falta dele, que

essas representações do governo significam. A vereadora vice-líder do governo é policial militar, deveria saber, como policial, porque ela cobrou, foi incrível, do Ver. Leonel, que ele tomasse providências, porque, afinal de contas, segundo ela, parece que não tem nenhum problema com os estudos feitos, os estudos falsos, acerca do impacto ambiental. Pois tem problema, tanto tem problema que o Ministério Público Estadual está pedindo que a Câmara Municipal não vote, não vote este projeto! E não é uma opinião dos ecossocialistas, que espero que aumentem em quantidade, para que a gente não tenha uma destruição ambiental, espero que aumente muito em Porto Alegre para que nós sejamos exemplo de cidade que luta pela preservação ambiental. É inacreditável! Foi um instituto da polícia que mostrou esses estudos falsos – aí eu escuto o Cassiá, a Mônica dizerem que está tendo muito debate democrático, que são anos de debate democrático! Não! São anos de *lobby*, isso sim! Anos de *lobby* de um empreendimento que pode ser feito, porque nada proíbe que existam investimentos nessa região, mas o *lobby* feito na Câmara de Vereadores, que faz com que muitos vereadores sejam os grandes defensores deste projeto, o *lobby* é para alterar o regime urbanístico, sem passar por um debate de alteração do Plano Diretor, para que a lucratividade desse empreendimento seja maior. Esse é o *lobby* que está sendo feito! Pois façam investimento. Por que não fazem investimento, se nada proíbe que esse investimento seja feito? E aí dizem: debate democrático. Debate democrático nada! Nós sabemos que os ativistas, ecologistas, os ativistas do bairro, contrários a este projeto, foram agredidos, agredidos nas audiências, audiências falsas – isso é o que ocorreu, nenhum debate democrático, um empreendimento que organiza *lobby* na Câmara de Vereadores, anos de *lobby* na Câmara de Vereadores, anos, a ponto de ter empresas fazendo estudos falsos – aí vem contra o debate democrático, debate democrático com os capangas desse empreendimento atacando ativistas no bairro. Esse é o debate democrático, Ver.^a Mônica? Nenhum debate democrático houve sobre esse assunto, nenhum debate. Então, aí bem; aí não tem; na verdade, o problema... Eu vejo, depois, emendas como a do vereador do PSB, Ver. Ferronato – tão grave é a situação que o Ferronato faz, na primeira emenda que vamos votar – o Ferronato já falou sobre ela – é que, em qualquer hipótese, será preservada área pública junto à orla, com largura mínima de 60 metros, com acesso universal à população, não podendo ser efetuado aterro no Guaíba. Vejam, o Ver. Ferronato sabe que esse empreendimento capitalista é tão poderoso, que ele tem medo, por isso fez essa emenda, que, sequer seja preservada uma área mínima de largura de 60 metros, para um acesso universal, numa área que é equivalente a mais de dez Redenções, uma mega-área. Então, é lógico que esse empreendimento tem muita força, tanta força que faz anos que eles estão organizando *lobby* na Câmara de Vereadores, e há vereadores trabalhando pelo projeto. O governo anterior trabalhou por este projeto, o governo atual está trabalhando por este projeto, que é tão cheio de falhas – o Ministério Público consegue derrubá-los, que existem ações para derrubá-lo. E vou dizer mais: haverá novas ações que irão derrubar este projeto, porque vocês, ao aprovarem este projeto, vão estar, sim, ferindo a Constituição Federal, que preserva os direitos indígenas; e, gostem ou não, os direitos indígenas estão na nossa Constituição, apesar do Bolsonaro e de muitos vereadores, que gostariam, sim,

de colaborar com a liquidação dos povos originários, e, ao votar este projeto, estarão fazendo isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, Sr. Presidente, boa tarde todos, telespectadores da TVCâmara. Primeiramente, aqui quero elogiar o governo federal, através da figura do Presidente Jair Bolsonaro, através das suas políticas públicas e programas de desenvolvimento que estão melhorando nosso País. Espero que nosso País continue avançando; então, muito obrigado, Presidente Jair Bolsonaro, por mandar milhões de reais aqui para o Rio Grande do Sul. Mas vamos falar deste projeto importante para a nossa cidade, um projeto de desenvolvimento. Eu noto aqui, quando o projeto é bom, quando o projeto tem voto, vai ser aprovado, a esquerda ultraradical combina entre seus vereadores, e todos vêm aqui votar para tentar protelar, para tentar cansar os vereadores que aqui estão, mas os vereadores que aqui estão foram eleitos pelo voto, democraticamente, não precisam se socorrer a todo momento no Judiciário, no Ministério Público, ou se utilizando de subterfúgios e mecanismos nebulosos para tentar barrar aqui a votação. Porto Alegre tem que avançar; e quando a esquerda ultraradical é contra tudo e contra todos, ela se desmoraliza, não tem interlocução, não tem diálogo. Eu noto que várias vezes aqui os vereadores de centro, de direita, votam projetos da própria esquerda, porque pensam na cidade, e a esquerda ultraradical só pensa no seu próprio umbigo – são os mesmos caciques que mandam nos mais jovens aqui, que não dão oportunidade aos mais jovens. Eu me admiro vocês serem manipulados pelos velhos caciques da esquerda! Este projeto é um projeto bom, este projeto já passou por várias comissões, houve audiência pública e, certamente, quem mora no local será privilegiado. Então, parabéns ao Poder Executivo, parabéns à Câmara de Vereadores que vai aprovar este projeto tão importante para a nossa cidade, porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passo a palavra ao nosso diretor para fazer alguns apregoamento ao plenário.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 04 e 05, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 024/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 04 e 05 ao PLCE nº 024/21.

Apregoo as Emendas nºs 06 e 07, de autoria do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Karen Santos, ao PLCE nº 024/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 06 e 07 ao PLCE nº 024/21.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues e da Ver.^a Daiana Santos, ao PLCE nº 024/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emendas nº 08 ao PLCE nº 024/21

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 02 e 03 ao PLCE nº 024/21.

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLCE nº 024/21.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 09 ao PLCE nº 024/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Márcio Bins Ely, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde, de modo especial a comunidade do Extremo-Sul que está aqui acompanhando, preocupada com este projeto da Fazenda do Arado Velho, Extremo-Sul. O governo municipal, não só este, o anterior também, tem como critério audiência pública para tirar qualquer dúvida sobre determinado projeto de lei. Audiência pública, infelizmente, hoje, não tem a importância que tem uma consulta popular, um plebiscito, até mesmo regional, nesse caso que trata da comunidade do Extremo-Sul, porque, na audiência pública, em que estava presente, ouvi enormes contradições, algumas, inclusive – estava olhando as inúmeras emendas que aqui foram apresentadas – dialogam com a reclamação da comunidade. Por exemplo: benfeitorias na orla do Guaíba, que os empregos gerados pela construção daquele empreendimento sejam, no mínimo, um percentual dado àquela comunidade, que haja preservação, conforme preconizado pelos ambientalistas, em função de que grande parte daquela é área de preservação que, inclusive, em outros empreendimentos, não foi obedecida, e uma série de contradições em relação ao sistema adotado no empreendimento, quando a comunidade pode não ter acesso. Inclusive, naquela audiência pública, haverá vários tipos de empreendimentos, os empreendimentos de classe A, segundo os que apresentaram o projeto, classe B, classe C, mas que chegou o momento, quando o governo apresentou, dizendo que quem vai manter aquelas áreas de preservação serão os da classe A. Eles estão até, no empreendimento, diferenciando o tipo de morador, economicamente se apresentará, no condomínio, com uma forma de estar numa área

privilegiada. Quer dizer, não basta o governo, tanto o anterior, como este, dar um tratamento diferenciado na cidade, mas agora dentro de um condomínio. Onde está, no projeto de lei, o impacto social que vai causar na região? Quantos postos de saúde vamos ter, regionalmente? Quantas creches, escolas? Todos que vão morar nesse empreendimento terão ou não escolas ali dentro? É um condomínio fechado! Não tem instrumento público, ou as compensações, ora oferecidas, são mais de preservação daquele espaço, não falam da comunidade externa, só fala, inclusive alguns vereadores, que vai gerar emprego de doméstica, como aconteceu em outros condomínios. Mas só um pouquinho, isso é uma iniciativa do morador, se ele quiser contratar alguém que more naquele bairro; nós não podemos comprometer o futuro morador a contratar alguém que more no bairro; agora, para construção do empreendimento, sim, podemos condicionar com emendas que a própria empresa, construtora, vá destinar tantos por cento dos empregos oferecidos para a comunidade do Extremo-Sul. E a comunidade, como eu diria, os ambientalistas, o que dizem sobre o projeto de lei? Completamente, de todos que eu ouvi, contrariamente. Porque inclusive se diz que ali é uma fazenda guarani. A fazenda guarani, identificada pelos ambientalistas, historicamente, traz de onde, por exemplo, esse histórico dos índios que ali estavam ou que merecem parte dessa área ou continuar na área? O governo não amplia esse debate. Por isso que nós entendemos que as emendas trabalham nessa direção e é um reconhecimento. O governo tem que perceber que o debate, tanto em audiências públicas, quanto na Câmara, tem que haver um reconhecimento no sentido de melhorar o projeto de lei. Muitas vezes imaginam: “Ah, más é bom o projeto de lei”. Nesse caso da Fazenda do Arado, está há muito tempo sendo cobiçada pelos empreendedores. Há muito tempo. Mas eles têm que entender que o compromisso com a cidade é muito maior do que gerar apenas lucros ou dar direito de moradia mais privilegiada na Zona Sul, por causa da orla do Guaíba ou do Guaíba e assim por diante.

Então é nesse sentido que nós estamos aqui atentos para aprovar as emendas que ora foram apresentadas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio; a Emenda nº 02, apresentada por nós, ela justamente garante, no seu primeiro artigo, que a execução das obras do empreendimento na Fazenda do Arado seja condicionada à realização de estudos socioambientais para o licenciamento da área em sua completude, assim como das subunidades descritas no presente diploma legal. O § 1º desta emenda garante que a obrigatoriedade que vincula a execução de toda e qualquer obra na área do empreendimento se estenda às subunidades futuras que porventura venham a ser construídas na região. O § 2º diz que a elaboração dos estudos

socioambientais assinalados no *caput* e no § 1º serão elaboradas por parte do órgão licenciador, e os custos serão do empreendedor. Bem, esta emenda, fica evidente, pelo debate que nós fizemos, que os estudos feitos até então não são estudos confiáveis, a tal ponto que o Ministério Público do Estado, via Procuradoria Urbanística, sugere que a Câmara não vote este projeto. E há uma observação do IGP acerca da ilegalidade, da fraude dos estudos que foram feitos. Então não é possível que a Câmara de Vereadores não aprove uma emenda que define basicamente o que deve ser feito pela lei. Não é possível que um megaempreendimento desse tipo, um empreendimento que, como eu disse, altera o regime urbanístico, e quando essa área foi comprada, ela foi comprada com um regime urbanístico, e nada impede que o proprietário faça investimentos. O que nós não queremos é que esses investimentos sejam feitos mudando o regime urbanístico, passando por cima do Plano Diretor, e, como se não bastasse, com estudos acerca do impacto ambiental, que são estudos no mínimo sob suspeita, e esta emenda garante que o estudo seja feito e seja feito de modo sério e, portanto, preservando o meio ambiente. Esse é o sentido básico da emenda que nós pedimos para que a Câmara aprove. Vejam só! Só o que nós estamos pedindo com esta emenda é que exista um estudo sério do impacto ambiental. Nada mais. Porque ninguém apresentou aqui esse estudo. Eu não vi nenhum vereador e nenhuma vereadora da base do governo dizer que há um estudo sobre o impacto ambiental. Então não é possível que se faça um investimento nessa região, um investimento de uma área que é dez vezes o Parque da Redenção, sem que haja um estudo do impacto ambiental. Então é muito simples. Não é contra investir, não é que não tenha crescimento na cidade, é que o crescimento seja ordenado e que tenha estudos sérios, porque, com exceção da vice-líder do governo – que acha que a questão ecológica não tem nenhuma importância, que a questão ambiental não tem nenhuma importância –, eu não vi nenhum vereador dizer que a questão ambiental não tem importância, e esse é o sentido da emenda, garantir que haja um estudo sobre o impacto ambiental. Feito esse estudo, aí se realizam os empreendimentos que o proprietário considerará justo. É isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 024/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate vergonhoso; este projeto vergonhoso, escandaloso, projeto submisso a quem tem dinheiro, projeto que não propõe mudanças reais para a cidade, uma tarde de discussão, uma tarde para uma Câmara de Vereadores que custa mais de R\$ 250 mil por dia, que é o custo desta Casa, gastando o tempo desta Casa e não produzindo políticas públicas.

Neste momento, agora, tem gente chegando em postos de saúde, e eles estão fechados, porque os paladinos da mudança, os cavaleiros do novo, prometeram postos de saúde para todo mundo até altas horas. Mas isso eles não discutem. Não querem

saber. Não estão preocupados. Aí eles falam: “não, esse empreendimento vai trazer empregos, vai trazer empregos...” Qual emprego? Qual emprego? Emprego temporário. É que eles vivem de coisas temporárias. Essa é a vida deles, o carreirismo na política é o temporário, o temporário já pensando na próxima eleição: “como é que vou, se é por aqui ou se é por ali...” Não é o projeto de cidade. Não é projetar a cidade. Não é discutir o Plano Diretor como um todo. Olhem a excrescência que estão criando em Porto Alegre, dando um péssimo exemplo às câmaras municipais do interior, que muitas vezes se inspiram em leis da capital, se inspiram, verdade. E, muitas vezes, nos inspiramos nas leis deles. Olhem o exemplo que a gente está dando, de discutir um Plano Diretor fatiadamente, bairro por bairro: “chega aí, chega aí; está aberto o varejão da Câmara; chega aí, traz aí; qual o bairro que tu queres discutir...” Qual é o próximo, Sebastião Melo? Qual é o próximo que o senhor vai mandar a turma discutir? Isso aqui não é um puxadinho do prefeito. Isso aqui não é um puxadinho da Prefeitura. Isso aqui não é um cartório. Esta é uma Câmara de Vereadores, com pessoas que pediram voto, por 45 dias pediram o voto do povo para representar, porque tinham um programa, ou pelo menos deveriam ter um programa individual de que parlamentar quer ser.

Infelizmente, a gente tem que vir aqui discutir as emendas, o paliativo, tentar consertar, reduzir danos. Esta emenda é para isso. Parte do pressuposto de que, se aprovado o projeto, pelo menos – pelo menos – tenha um estudo socioambiental para ver o impacto a longo prazo disso tudo, gente. Tem que ver o impacto.

Vocês sabem que, quando fizeram o aterro dessa zona aqui – que é toda aterrada, nós estamos em cima de um aterro, para quem não conhece a história de Porto Alegre, é tudo aterrado – não teve estudo socioambiental quando fizeram esse aterro. Por isso que tantas vezes alaga toda essa região aqui; alaga, um monte de gente teve prejuízo, o último foi em 2014, um alagamento terrível na Cidade Baixa, as pessoas perderam móveis, tudo. Deu uma chuarada, um dia, de manhã, porque não teve planejamento.

Então a emenda quer um estudo de impacto. O que é que vai acontecer? Que biomas há lá? O Ministério Público já falou, o estudo foi mal feito, e vocês não estão ouvindo isso, vocês não estão dando bola. A diferença de uma área úmida para uma área de banhado... Vocês não conhecem a diferença entre ecossistemas, quando eles se juntam, Mata Atlântica, banhado? Tem que estudar um pouquinho. Não é só liberar, não é só cartório! "Assina, assina, que o prefeito mandou; vota, vota, o prefeito manda" . Não é isso! Tenham responsabilidade com a cidade, com o futuro! Nós estamos de passagem na política. Nós não podemos pensar na política como um espaço de perpetuação no poder. Tem que ter compromisso, discutir uma cidade para dez, vinte anos, o que eu quero dessa cidade. Muitos poderemos nem estar aqui. Que cidade vamos deixar para os outros? Diriço-me também a vocês que estão nas galerias acompanhando. Ter um compromisso com o futuro. Isso é compromisso social. Parabéns a cidadania que acompanha esse debate, que posta nas redes, que discute e que queria ser ouvida pelos vereadores na discussão do Plano Diretor, como todos, no Orçamento Participativo, na democracia participativa, com um debate amplo! Sequestram direitos neste País a todo momento. E agora nós pedimos, por favor,

aprovem essa emenda para que tenha, pelo menos, um estudo de quão grave poderá ser um empreendimento A, B ou C. O empreendedor vai ter que fazer isso. Senão, sabem o que vai acontecer? As pessoas não terão mobilidade urbana. Olhem o crescimento da Zona Sul, desordenado! Nós estamos rogando pela duplicação da Av. Vicente Monteggia, que custa meros R\$ 180 milhões, e o prefeito está oferecendo R\$ 2 milhões paliativos para alargar uma ruazinha! Que vergonha isso! E agora quer liberar um empreendimento para atulhar de novo a Zona Sul, sem planejamento. Usem essa palavra, planejamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 024/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Sr. Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Realmente, Ver. Gilson, escutei de tudo hoje, ataques de tudo quanto é tipo. Agora, é muito fácil subir a esta tribuna e atacar os vereadores, dizer que as pessoas são corruptas, que estão votando sem ter passado por audiência pública. Escutei até que esse projeto vai ser votado na surdina. Eu estou nesta Casa e é a terceira vez que vou votar esse projeto, porque houve manobras de tudo quanto é jeito para impedir o desenvolvimento da cidade. Então é uma surdina muito grande, porque esse projeto se discute na Casa há mais de uma legislatura, há duas ou três legislaturas. Chegam aqui e falam algumas coisas que... Realmente, é gasto de dinheiro público. O vereador vem aqui e diz que estão gastando dinheiro público, como se ele não fosse vereador de Porto Alegre. Ao contrário, ele é vereador, utiliza tudo que pode utilizar desta Casa, todos os recursos que pode, e diz "os vereadores desta Casa estão gastando dinheiro público", quando ele é um dos que mais gastam na Casa. Depois vem aqui e diz que está se gastando porque se está discutindo, mas eles, da oposição, são os partidos que mais sobem à tribuna e tentam postergar de tudo quando é jeito, tentam criar manobras para que não se consiga votar, para ficar aqui discutindo, discutindo... Depois dizem que não vai se criar nenhum tipo de emprego.

Toda vez que se cria o desenvolvimento econômico, geram-se diversos empregos diretos e indiretos. Quando aprovado esse projeto, quando começar a construção desse condomínio, serão contratados construtores, engenheiros, arquitetos, corretores de imóveis... Ver. Márcio Bins Ely, os corretores vão participar. Então vai gerar empregos na cidade como um todo. Depois se acusa que os vereadores são contra o meio ambiente, que não teve estudo. Claro que teve estudo! Nós temos uma secretaria, o secretário Germano faz um brilhante trabalho, junto com vários técnicos, inclusive de diversos partidos, porque eles não têm partidos políticos, não deveriam ter, são funcionários de carreira que fazem um excelente trabalho dentro da Secretaria do Meio Ambiente. Com certeza os projetos passam pelo seu crivo. Tivemos audiências públicas. Então, vêm aqui acusam e criam manobras de todo tipo, Ver. Moisés, tentando

impedir o desenvolvimento da cidade, o crescimento planejado, organizado, porque esse projeto tem planejamento. Não há planejamento quando se constrói de qualquer jeito. Esse projeto tem todo o planejamento dentro daquela área.

Vamos votar favoráveis, sim, porque esse projeto é bom para a cidade. Vamos parar com essa balela, acusar sem trazer provas. Acusam todo mundo. Todo mundo que votar nesse projeto é corrupto. Teve *lobby* aqui dentro. Eu, pelo menos, vou votar favorável, pela terceira vez, a esse projeto e nunca conversei com o empreendedor ou com dono do projeto. Eu não sei qual é o *lobby* que tem. Agora, aqueles que acusam de não se conhecer a área garanto que não foram lá. Eu peguei meu carro e fui lá conhecer a área, fui olhar, caminhei, vi. Agora esses... E mais ainda, fui com o meu carro e com o meu combustível conhecer a área. É importante a gente conhecer. Agora há alguns que vêm aqui e só discursam, atacam os colegas, os vereadores, atacam um, dois, três prefeitos, vários secretários, mas é o que disse a Ver.^a Nádia, trazer um documento, uma prova do que estão falando, nada. Falam, falam... e nada! Se tem documento, se tem alguma coisa corrupta nessa história, então, vai ao Ministério Público, demonstre, diz quem são, quem está fazendo. Agora o Ministério Público diz que não é para votar. Em primeiro lugar, o Ministério Público não é o Poder Legislativo, não é o Poder Executivo, e comigo ninguém falou nada. Eu não recebi ninguém do Ministério Público dizendo que não posso votar esse projeto, porque há divergências. Até porque, se tem alguma coisa, essa é a função. Cada órgão, cada instituição tem a sua função. Nós, como vereadores, temos a nossa função, que é discutir projetos, verificar os projetos e votar com consciência. Eu voto pelo desenvolvimento econômico da cidade, para gerar empregos, renda, dignidade às pessoas. E esse projeto, na minha opinião, é bom e vou votar favorável. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n^o 02, destacada ao PLCE n^o 024/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Novamente venho defender a construção das emendas, apesar de a vereadora líder do governo ter colocado orientação de votarem contra, são emendas que vão no sentido da democracia que está presente na justificativa do projeto. Foi colocado ali diversas audiências públicas, que foram construídas, eu, particularmente, participei de todas, porque não espero convite especial para me importar com os problemas da cidade de Porto Alegre, sobretudo com aqueles e com aquelas que vão ser impactados diretamente. Acho que o Ministério Público, sim, tem função importantíssima de fiscalizar para regulamentar um pouco mais o que é essa confusão aqui. Boa parte da sociedade não está a par dos impactos. Se nós não tivermos acesso aos estudos de impacto socioambiental, nós somos responsáveis pelos danos que podem vir a ocorrer por esse empreendimento. É muito fácil vir aqui fazer a defesa de um projeto

desconhecendo. Não pode virar uma praxe desta Câmara de Vereadores receber projetos de lei sem esses estudos. É o básico, é o mínimo, para que a gente consiga se apropriar. Não deveria ser uma ação do Ministério Público, como foi ajuizado. Deveria partir de nós a iniciativa de cobrar desses empreendimentos a responsabilidade social. E não é o que vejo aqui. O que vejo é uma passagem de pano, gigante, para esses megaempreendimentos.

As emendas que foram construídas são a partir da escuta da comunidade e dos movimentos ambientais que participaram das audiências públicas. Tratam de expansão das unidades de saúde, emenda da Ver^a Cláudia; responsabilização desses empreendimentos pelos danos ambientais que possam vir a ocorrer, da nossa bancada; garantia de vagas, de empregos, e para quem defende empregos, para quem mora na região, porque quem circula um pouco pelas obras da cidade percebe pelo sotaque que não são trabalhadores da nossa cidade. Então, tem que ter políticas de ação afirmativa para garantir empregos para aqueles e para aquelas que participaram da audiência. Eu ouvi muito isso da comunidade: a nossa juventude precisa de emprego, a nossa juventude precisa trabalhar, quer usufruir esse desenvolvimento. O projeto, da forma como está escrito, não garante isso. A emenda é uma forma de corrigir esse erro. Democracia, como muitos colocaram aqui, que o projeto foi construído em audiências públicas, não é algo protocolar. A democracia tem que incorporar os elementos que foram levantados pelas comunidades e pelos movimentos ambientais que participaram das audiências públicas, senão, é uma palavra, é um conceito vazio. E nós não podemos esvaziar esse conceito, porque somos legisladores, eleitos democraticamente, o nosso papel é incorporar, porque também não há necessidade de audiência pública se o projeto vai se manter o mesmo, independente daquilo que foi debatido, que foi construído em síntese. Houve síntese e estão apresentadas nas emendas. Pedimos essa consciência, por parte dos vereadores da Casa, que respeitem a voz popular, que melhorem esse projeto, que não pensem só nos grandes empreendimentos, naqueles e naquelas que vão investir nesses imóveis. Vamos pensar um pouco mais no meio ambiente, nos povos originários, nos impactos ao trânsito, ao saneamento, nos espaços de lazer e cultura. Hoje a Zona Sul está abandonada. Como pensamos perspectivas para aquelas queixas trazidas na audiência pública, e, como eu falei, comunidade do Belém Novo, não é uma especificidade de vocês, Rincão, Mariante, Lomba do Pinheiro, Mapa, Mário Quintana são assim. Esse abandono das periferias é parte de uma lógica da cidade que empurrou os pobres para as margens. Não é falta de mérito de vocês. Hoje, o projeto, da forma como está sendo apresentado, não vai resolver o problema de vocês; vai aprofundar o problema de vocês. Vocês têm que estar atentos a isso. As emendas que nós construímos vêm nesse sentido, de dialogar com as ânsias que foram colocadas pela tua comunidade, Ver. Gilson Padeiro, e acho muito importante considerar, ler com calma as emendas, e percebam o conteúdo de classe que está colocado ali. Nós estamos falando de trabalhadores. Nós estamos falando de quem vai investir e quem vai ganhar milhões com aqueles imóveis. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tendo em vista o horário, está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Boa noite a todos.

(Encerra-se a sessão às 18h33min.)

* * * * *